

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

LEONARDO FIDELIX LOPES

**JORNALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: HISTÓRIAS DE CORRESPONDENTES
INTERNACIONAIS DO BRASIL NO IMPÉRIO DO MEIO**

Porto Alegre
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LEONARDO FIDELIX LOPES

**JORNALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: HISTÓRIAS DE
CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO IMPÉRIO DO MEIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo pela Escola de
Comunicação, Artes e Design – Famecos da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Orientadora

Profa. Dra. Veridiana Dalla Vecchia

Porto Alegre

2024

— *Nós somos muito pobres — disse-me Roy, que morava em Chandpur com três famílias num único aposento. — Tudo o que temos é cultura.*

Carl Hoffman

AGRADECIMENTOS

Gosto de pensar que as pessoas são um conjunto daquilo que conhecem: lugares, objetos, situações e, principalmente, outras pessoas. Por isso, mais do que agradecer a quem trilhou comigo o caminho até aqui, eu agradeço às pessoas que, de alguma forma, são parte de quem sou hoje.

Essas pessoas são **Ciro e Elisa**, meus pais, que sempre se esforçaram para que eu tivesse todo o conforto e bem-estar aos quais eles, muitas vezes, não tiveram acesso; é o meu parceiro, **Igor**, que há dois anos caminha diariamente ao meu lado, comemorando as vitórias e lamentando as derrotas no nosso lugar favorito – o sofá de casa; são **Fernanda e Renata**, minhas irmãs, e **Helena**, minha sobrinha, que, apesar de não estarem tão presentes na minha rotina, me lembram de que não estou sozinho e tenho com quem contar, independentemente do que aconteça; são **Camila, Natália, Roberta, Renata, Letícia, Tainá e Mariana**, minhas melhores amigas que, desde o ensino fundamental, me veem crescer e com quem divido momentos, risadas, histórias e cervejas; são **Helena e Maria Jozé**, minhas avós, que me ensinaram o que é ternura.

Também não posso deixar de agradecer à minha orientadora, profa. dra. **Veridiana Dalla Vecchia**, por me guiar nesse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho visa expor, por meio de análise qualitativa de entrevistas previamente obtidas, as experiências profissionais de jornalistas brasileiros na China. O objetivo é revelar aspectos da rotina de correspondentes internacionais naquele país e entender os principais desafios enfrentados, de forma a explicar, resumidamente, a sub-representação da China no noticiário brasileiro. Para isso, foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas e em profundidade, com jornalistas que ocupam ou ocuparam a posição de correspondentes de veículos brasileiros no país asiático, sobretudo na capital Pequim. Os entrevistados foram Nelson de Sá, Cláudia Trevisan, Igor Patrick e Gilberto Scofield Júnior. A análise dos relatos tornou possível inferir que há diversos obstáculos para os jornalistas que se estabelecem na China profissionalmente. Esses desafios são de natureza linguística, cultural, geográfica, histórica e política. Evidenciou-se o fato de a presença de jornalistas estrangeiros na China estar cada vez mais escassa por barreiras impostas pelo governo chinês para obtenção do visto e permanência no país e, também, pelos novos modelos de negócio ao qual a editoria internacional está submetida atualmente, tanto no Brasil quanto em outros países - que, para reduzir custos, se tornou altamente dependente das agências de notícias; e essas, por sua vez, estão afetadas pela visão dos países ricos onde tem sede.

Palavras-chave: jornalismo internacional; correspondentes; China; agências de notícias

ABSTRACT

This paper aims to expose, through qualitative analysis of previously obtained interviews, the professional experiences of Brazilian journalists in China. The goal is to reveal aspects of the routine of international correspondents in that country and understand the main challenges they face, as well as to explain the underrepresentation of China in Brazilian news coverage. To achieve this, four semi-structured, in-depth interviews were conducted with journalists who currently or previously held positions as correspondents for Brazilian media in China, particularly in the capital Beijing. The interviewees were Nelson de Sá, Cláudia Trevisan, Igor Patrick, and Gilberto Scofield Júnior. The analysis of their accounts made it possible to infer that the results pointed to various obstacles of linguistic, cultural, geographical, historical, and political nature. It became evident that the presence of foreign journalists in China is increasingly scarce due to barriers imposed by the Chinese government for obtaining visas and staying in the country, as well as due to the new business models to which international newsrooms worldwide are subjected. To reduce costs, these newsrooms have become highly dependent on news agencies, which in turn are influenced by the perspectives of wealthy countries where they are headquartered.

Keywords: international journalism; correspondents; China; news agencies

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 JORNALISMO INTERNACIONAL.....	10
2.1 O TRABALHO DOS CORRESPONDENTES.....	10
2.2 AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS E JORNALISMO INTERNACIONAL HOJE.....	13
2.2 A CHINA NA MÍDIA BRASILEIRA.....	16
3 CHINA: QUESTÕES DE HISTÓRIA, ESTADO E POLÍTICA.....	21
3.1 O PARTIDO COMUNISTA.....	23
3.2 IMPRENSA A SERVIÇO DO ESTADO.....	25
3.3 A CHINA DO SÉCULO XXI.....	27
4 CORRESPONDENTES BRASILEIROS NA CHINA.....	30
4.1 DESTINO IMPREVISTO.....	33
4.2 ROTINA DE UM JORNALISTA NA CHINA: PRINCIPAIS DESAFIOS.....	37
4.2.1 TRABALHE ENQUANTO ELES DORMEM: O DESAFIO DO FUSO HORÁRIO...37	
4.2.2 DE PT-BR PARA ZH-CN E OS RUÍDOS DE COMUNICAÇÃO.....	38
4.2.3 POLÍTICA, ACESSO A FONTES E INTIMIDAÇÃO.....	42
4.2.4 RELAÇÃO BRASIL-CHINA E A DIPLOMACIA SUL-SUL.....	46
4.4 BUSCA POR PAUTAS.....	47
4.5 ESTABELECEENDO-SE NO PAÍS.....	49
4.6 DISPUTA DE NARRATIVAS E A COBERTURA DE CHINA NO BRASIL.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Os correspondentes internacionais desempenham um papel importante na compreensão da realidade dos países ao relatarem os acontecimentos de uma nação a partir de uma perspectiva interna, combatendo estereótipos e apresentando uma imagem, em teoria, mais equilibrada. No entanto, há uma tendência histórica na corrente de informações que flui predominantemente do Norte para o Sul Global, onde Estados Unidos e Europa frequentemente desfrutam de “privilégios”, obtendo não somente mais presença e visibilidade nos veículos, mas também sendo retratados como modelos de sucesso. Enquanto isso, outras regiões são historicamente e continuamente estigmatizadas.

A República Popular da China é um exemplo dessa teoria. Desde 2009, o país ocupa o posto de maior parceiro comercial do Brasil. Em 2023, tornou-se a primeira nação a superar 100 bilhões de dólares em compras de produtos brasileiros em um único ano (O Globo, 2024). Apesar da intensa troca econômica, a corrente de informações entre os dois países é ínfima. Os comentários e opiniões de uma considerável parte da população brasileira acerca da China se limitam a adjetivos da categoria do exótico, do pitoresco ou até do abjeto, demonstrando pouco – ou nenhum – conhecimento sobre aspectos culturais ou históricos daquela nação.

Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 intensificou preconceitos contra pessoas amarelas, especialmente chinesas. Somente nos Estados Unidos, os ataques a asiáticos-americanos aumentaram cerca de 339% em 2021 (Estado de Minas, 2022). No Brasil, a situação não é muito diferente: o atentado à bomba ao Consulado da China no Rio de Janeiro, ocorrido em setembro de 2021, alerta para crescente discriminação, violência e preconceito contra chineses.

Parte desse preconceito advém, é possível presumir, de questões políticas, a começar pelo discurso anti-China incentivado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (presidente à época do atentado), mas também de sub-representação da China na imprensa brasileira. Em maio de 2024, havia apenas dois correspondentes internacionais brasileiros no país asiático: Marcelo Ninio, do jornal O Globo, e Nelson de Sá, da Folha de S. Paulo. O jornalismo deveria, por teoria, apresentar uma visão mais ampla e justa dos fatos globais, sem julgamentos de valor. Entretanto, é evidente que países fora do eixo EUA-Europa carecem de uma presença significativa de correspondentes internacionais. Diante desse cenário, faz-se necessário analisar as razões dessa deficiência na cobertura jornalística do Brasil. Por que, afinal, o

público brasileiro somente vê a China sob a ótica do bizarro ou do dado econômico, que não possui rosto nem voz?

Partindo desse pressuposto, este trabalho visa explorar as experiências dos jornalistas brasileiros que atuaram como correspondentes na China, a fim de entender os principais desafios, a rotina de trabalho e as razões que os fizeram aterrissar do outro lado do mundo, numa nação a aproximadamente 18 mil quilômetros do Brasil. A pesquisa também procura discutir, ainda que de forma bastante breve, as razões da sub-representação do país asiático nos noticiários do Brasil.

Para isso, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas e em profundidade, de modo a permitir uma análise qualitativa dos relatos. Os entrevistados são Cláudia Trevisan, ex-correspondente da Folha de S. Paulo e do Estadão; Gilberto Scofield Júnior, ex-correspondente d'O Globo; Igor Patrick, correspondente da Folha e do South China Morning Post, de Hong Kong; e Nelson de Sá, atual correspondente da Folha em Pequim.

Parafraseando a pesquisadora Rosana Pinheiro-Machado, autora de "*China: Passado e Presente*" e consultada para esta pesquisa, é fundamental que nós, brasileiros, estudemos e compreendamos a China para além das questões econômicas e comerciais. É preciso olhar para a sociedade chinesa considerando a sua importância para a concepção de mundo que temos hoje. Trata-se, afinal de contas, de uma cultura milenar, cujas origens se confundem com a própria história da humanidade.

2 JORNALISMO INTERNACIONAL

As origens do jornalismo internacional, de acordo com Natali (2004), se confundem com a própria história do jornalismo. O autor supõe que o jornalismo é internacional em sua origem, dado o fato de que, em vez de “circular notícias de interesse local ou paroquial”, os primeiros registros da atividade jornalística surgiram sob “o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes” (Natali, 2004, p. 23).

Seguindo a mesma linha, Castro (apud Silva, 2022) afirma que as primeiras publicações noticiosas surgiram em forma de boletins financeiros, com planilhas econômicas que expunham acontecimentos de pontos estratégicos do globo. O objetivo desses relatórios era mapear “problemas geopolíticos, como a expansão do Império Otomano sobre a Hungria e a Reforma Protestante liderada por Calvino e Lutero” (Silva, 2022, p. 9), no século XVI.

À época, tais publicações serviam para “produzir ciência e poder por meio dos negócios” (Natali, 2004, p. 23). Pode-se dizer, portanto, que a editoria de internacional – e o próprio jornalismo – surgiu como forma de noticiar os possíveis riscos e, consequentemente, prejuízos que os homens de negócios teriam caso se arriscassem a atravessar os mares para mercantilizar. De forma resumida, o que Natali (2004) nos conta é que o jornalismo nasceu internacional e com uma função principalmente econômica durante o mercantilismo, período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Neste capítulo, serão abordados o trabalho dos correspondentes, a realidade atual do jornalismo internacional (com especial foco nas agências de notícias) e as representações da China na mídia brasileira.

2.1 O TRABALHO DOS CORRESPONDENTES

Esse era o maior privilégio de ser jornalista - viver por um momento no mundo de outra pessoa, diluir-me no outro e me apropriar dele, envolver-me com ele como se fosse uma nova identidade. Quanto mais atravessava fronteiras, quanto mais me encontrava em lugares estranhos, mais me dava conta de que nesse momento, nesse exato instante, esquimós polares açoitavam seus cães sobre desertos de gelo e neve na Groenlândia, mulheres dayak teciam cestas em moradias comunitárias em Bornéu e os maias veneravam deuses singulares em cerimônias fumarentas na Guatemala. Assim que descobri a diversidade solta lá fora, não consegui mais deixá-la. (Hoffman, 2013, p. 28)

A correspondência internacional é, para Silva (2011), a mais cara função jornalística e, também, a que dá mais trabalho para editores. Isso ocorre porque a atividade “exige, de quem

se propõe a praticá-la, traços de personalidade e formação intelectual nem sempre necessários em coberturas em seu próprio país” (Silva, 2011, p. 11).

Em resumo, é possível assumir que o correspondente internacional é o jornalista responsável por cobrir fatos que ocorrem ao redor do globo, interpretá-los (considerando a cultura e realidade locais) e traduzi-los para o público de sua terra natal. Tal conjunto de atribuições, mais complexo do que o necessário em uma cobertura local, reforça a visão de Silva (2011).

Ele (ou ela) precisa dominar perfeitamente pelo menos outra língua além da materna, por exemplo. E tem de compreender a fundo o sistema político, econômico, social e cultural tanto da nação que o hospeda quanto da sua. Diferentemente do que ocorre na sede do seu veículo, onde em geral o jornalista se especializa numa só área e a ela se atém pelo menos por algum tempo, o correspondente internacional quase sempre trabalha sozinho e tem de fazer e saber de tudo. (Silva, 2011, p. 11)

Utzeri (1989) contribui com o debate trazendo outro desafio comum aos correspondentes internacionais: a necessidade de manter, mesmo longe, a proximidade com a sua terra natal. Afinal, saber o que acontece no seu país de origem é crucial para saber o que pode (ou não) ser notícia. Para o autor, é imprescindível que o correspondente conheça, por exemplo, os principais nomes da política e até as celebridades de seu país, independentemente do tempo em que estiver fora. Esse conhecimento torna possível traçar comparações e, assim, aproximar o leitor ou espectador da realidade do país onde o profissional se encontra, facilitando o entendimento.

Os próprios correspondentes reconhecem a complexidade intrínseca à atividade. Em entrevista para o artigo *Correspondentes internacionais: a permanência do mito do repórter nas estratégias em defesa da identidade profissional*, de Agnez e Moura (2016), os jornalistas consultados afirmaram que:

[...] estes profissionais precisam dominar idiomas; ter um repertório cultural; conhecer os assuntos internacionais; ter facilidade para migrar entre várias editorias; ter iniciativa para trabalhar com a autonomia e a responsabilidade que o cargo exige; devem assumir uma postura também de gestor e algumas vezes de “embaixador” do veículo na região. Tudo isto, sem perder o melhor do “faro de repórter”, portanto, com as mesmas características que definem um “bom repórter”, que é ter curiosidade, apurar e reportar na forma mais explicativa para o público. (Agnez; Moura, 2016, p. 95)

Por exigir tamanha bagagem (profissional e cultural), repertório e responsabilidade do jornalista que ocupa a função, a narrativa desse profissional também tem mais potencial de influenciar as pessoas. Isto é: além de apenas expor os fatos como aconteceria numa cobertura

local, o correspondente internacional tem o controle da informação, podendo apresentá-la sob sua própria ótica – ou, em outras palavras, de acordo com a sua maneira de pensar e ver o mundo. Dessa forma, o jornalismo, no contexto do trabalho de um correspondente, “estabelece relações com a antropologia, com a história e com a literatura porque vai além do registro do instante jornalístico” (Adghirni, 2013, p. 37).

Adghirni (2013, p. 38) reconhece, ainda, que “o correspondente projeta expectativas, analisa, recua, se envolve e se distancia para construir seus relatos”. Isto é, não adianta apenas estar no local para ser um bom correspondente: é preciso entender o contexto, conhecer a história, ter uma boa noção da cultura e um olhar apurado para, então, poder montar uma narrativa realista, honrando a complexidade dos fatos em questão.

A figura do correspondente se distingue do trabalho do jornalista de agência de notícias pelo ângulo que aborda a notícia. Ela é rara, singular, analítica, emotiva, engajada. Ir além do factual, núcleo da notícia, para narrar e interpretar a história presente. (Adghirni, 2013, p. 48)

Outro fator de diferenciação do trabalho de um correspondente está na autonomia. Para Utzeri (1989), o correspondente internacional é o mais livre dos jornalistas. O autor conta que, por estar cinco horas à frente (quando na Europa), é o correspondente quem escolhe as pautas e decide o que escrever em 90% dos casos, devido ao fato de que, enquanto o dia já nasceu no Velho Continente e os acontecimentos já estão se desdobrando lá, os colegas brasileiros ainda nem sequer chegaram às redações.

Se, por um lado, isso dá uma grande liberdade, por outro obriga que ele seja muito disciplinado, porque tem que manter um fluxo regular de matérias. E o problema é saber que matérias. Pode ser que um assunto, muito interessante para o correspondente ou para o leitor francês, não interesse ao público brasileiro. (Utzeri, 1989)

Esse faro jornalístico apurado apresentado pelo autor joga luz sobre outra característica necessária para atuar como correspondente: a sensibilidade. É preciso saber identificar o que interessa a um público muitas vezes desconhecedor da realidade do país onde o jornalista se encontra. Utzeri (1989) admite que, até para o chamado “vampirismo” (prática bastante comum entre correspondentes, que consiste, basicamente, em “chupar” uma matéria de jornal local e traduzi-la), é preciso ter certo manejo. Nas palavras do autor, “não basta simplesmente pegar e copiar uma matéria. É preciso reescrever o texto de um jeito que o Brasil tenha alguma coisa a ver com aquilo” (Utzeri, 1989).

Posto isso, é razoável afirmar que o trabalho de um correspondente internacional, além de diferente quando comparado a uma cobertura regional, também é mais complexo do que aquele executado por repórteres de agência de notícias. Silva (2022, p. 12) destaca que, enquanto um jornalista da Reuters necessita resumir eventos complexos de forma neutra e concisa, um correspondente tem tarefas muito mais amplas: ele precisa “conduzir entrevistas, fazer conexões, dar explicações e fornecer uma análise aprofundada aos leitores”.

Agnez e Moura (2015) corroboram a visão de Silva (2022) ao afirmar que, quando desejam uma cobertura internacional de alta qualidade, os veículos investem mais nessa atividade e contratam profissionais próprios, evitando depender do conteúdo produzido por agências notícias – visto, muitas vezes, como limitado e superficial (Silva, 2022).

Diante de tantos desafios, os correspondentes internacionais brasileiros podem, ao menos, contar com a cumplicidade de seus colegas. Utzeri (1989) relata que, em função da precariedade a qual estão expostos muitas vezes, os correspondentes brasileiros no exterior tendem a se ajudar na cobertura de eventos que envolvem personagens do nosso país.

Numa reunião do Clube de Paris, nós tínhamos que ficar na rua a uma temperatura de 15 graus abaixo de zero. Virar uma noite, a 15 graus abaixo de zero, na rua, brigando com o “coleguinha”, é absolutamente impossível. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem os chamados Foreign Press Centers, que são Centros de Imprensa Estrangeira, nos quais o correspondente se inscreve e tem acesso a todas as publicações que saem no país, a documentos do governo americano, material de pesquisa e xerox livre, o que significa uma facilidade de pesquisa para qualquer matéria. (Utzeri, 1989)

No contexto da China, existe, desde 1981, o *Foreign Correspondents' Club of China* (Clube de Correspondentes Estrangeiros da China, em português), com sede em Pequim.

2.2 AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS E JORNALISMO INTERNACIONAL HOJE

O apogeu da correspondência internacional se deu entre as décadas de 1930 a 1960. Silva (2011) descreve que, naquele momento,

[...] os veículos de comunicação faturavam alto, o interesse do público pelas notícias das guerras - quentes e frias - era intenso, o culto às celebridades de outros países estava em formação e atraía bastante a curiosidade de massas ávidas por imagens e rumores que não eram acessíveis a qualquer pessoa com poucos cliques no computador ou no telefone celular, como agora o são. (Silva, 2011, p. 10)

Isso, porém, não ocorreu com tanta força no Brasil. Silva (2011) também alega que, devido ao estágio de evolução da indústria cultural brasileira ser “relativamente incipiente” naquela época, poucos veículos tinham condições financeiras de manter correspondentes internacionais no exterior. Sendo assim, o auge dessa atividade no Brasil chegou com certo atraso, ocorrendo, para Agnez e Moura (2016), em meados dos anos 1980, com a glorificação do correspondente internacional – função que, de acordo com as autoras, representava o topo da carreira de repórter.

Dos anos 80 para cá, muita coisa mudou, inclusive no cenário jornalístico. Agnez e Moura (2016, p. 89) destacam que fatores econômicos, tecnológicos e geopolíticos “afetaram a prática jornalística de modo mais geral e a correspondência internacional particularmente”. As autoras afirmam que:

[...] as políticas de redução de custos por parte das empresas de mídia operam ao mesmo tempo em que as mudanças tecnológicas permitiram novas formas de cobertura do noticiário internacional, como alternativa à figura mais tradicional do correspondente. (Agnez; Moura, 2016, p. 89)

Uma nova forma de cobertura do noticiário internacional que provocou mudanças profundas no trabalho (e, não é equivocado dizer, até permanência ou existência) dos correspondentes internacionais foi o surgimento das agências de notícias. A multiplicação desse modelo de negócio reduziu os custos das editorias de Internacional (ou Mundo) dos veículos ao passo em que agências abriram escritórios em diversas regiões do mundo, contratando profissionais locais e ampliando a abrangência da cobertura (Silva, 2022, p. 12).

Ainda de acordo com Silva (2022), as agências de notícias propiciaram um aumento significativo da quantidade de notícias nestas editorias, porém com cada vez menos profundidade e qualidade.

Países desenvolvidos com mercados de comunicação bastante estabelecidos mantiveram os seus correspondentes (embora em menor número), mas os países mais pobres - muitas vezes ainda sem infraestrutura, logística e condição financeira para apoiar os seus próprios meios de comunicação - tornaram-se dependentes do conteúdo noticioso que estas empresas produzem. Muitas vezes, porém, este conteúdo está associado a interesses pré-estabelecidos, possui viés e está distante da realidade destes países, levando à alienação cultural entre os povos e, por fim, prejudicando as relações bilaterais. (Silva, 2022, p. 12, tradução nossa)

A justificativa para a decisão dos veículos de preferirem matérias de agência em detrimento de conteúdos produzidos por correspondentes próprios pode ser explicada, sumariamente, pelos altos custos de manutenção destes profissionais. Silva (2011) destaca

que, contraditoriamente, o século 21 é, por conta da globalização, o período da história em que mais se vê necessária essa atividade jornalística, porém, também é quando ela tem se contraído como nunca pela questão financeira e de enxugamento das folhas de pagamento de veículos tradicionais. Nesse sentido, Silva (2022) nos lembra que as cidades globais, onde a presença de correspondentes internacionais se faz mais interessante e necessária, são conhecidas por seus elevados custos, como Nova York, Londres, Tóquio e Pequim, por exemplo. Tais razões exigem altos salários e, consequentemente, as empresas de comunicação social buscam novas formas de manter a cobertura, reduzindo os custos (Silva, 2022, p. 11).

Dessa forma, os veículos de comunicação, especialmente de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, se tornam vítimas do modelo de negócios das agências de notícias.

À medida que vendem a mesma história a dezenas de veículos com diferentes orientações ideológicas, a cobertura torna-se neutra, superficial e limitada. Além disso, as restrições técnicas e financeiras obrigaram os repórteres a serem tão breves quanto possível. (Silva, 2022, p. 12, tradução nossa)

Essa nova forma de produção de notícias no contexto do jornalismo internacional cria, para Oliveira (1998), uma série de distorções. A autora destaca o fato de que, por terem sido criadas majoritariamente em países ricos, as agências podem “causar deturpações ao repassar informações sob a ótica exclusiva dos países onde têm sede, e omitir ou subdimensionar informações de interesse de outros países” (Oliveira, 1998, p. 47).

A distorção não supõe, necessariamente, uma falsa apresentação dos fatos, mas uma seleção arbitrária e uma avaliação intencional da realidade, como a superdimensão de fatos sem transcendência real a soma de realidades parciais num “todo” que não existe; a apresentação de fatos reais de maneira que as consequências implícitas sejam favoráveis ao sistema dominante. (Oliveira, 1998, p. 47)

Oliveira (1998, p. 28) lembra, ainda, que “a corrente de informação do Norte para o Sul é cem vezes maior que o fluxo do Sul para o Norte”. Esse desequilíbrio observado pela autora leva a uma cobertura com alto grau de distorção, uma vez que a mídia dominante dos países desenvolvidos se concentra, majoritariamente, em fatos negativos, “revelando um caráter sensacionalista, manipulando a imagem desses países junto à opinião pública mundial, produzindo efeitos políticos, econômicos e culturais negativos” (Oliveira, 1998, p. 28).

As aferições de Oliveira (1998) encontram respaldo nas pesquisas de Silva (2022), que conectam o jornalismo internacional à história do capitalismo e da globalização. De acordo

com o autor, a visão idealizada de que os meios de comunicação nasceram para atuar no monitoramento de governos e do poder público, além de “dar voz às pessoas”, pouco se vê na prática. Para ele, “o jornalismo ocidental nasceu não da necessidade de construir uma sociedade mais justa, mas de maximizar os lucros do estrato mais rico da sociedade” (Silva, 2022, p. 33).

A reestruturação do sistema mundial da informação e comunicação manifesta-se, também, com a fusão de grupos privados gigantescos, que passam a dominar a mídia no mundo, ao controlar jornais, redes de televisões, estações de rádios, empresas cinematográficas, editoras, produtoras de discos etc. (Oliveira, 1998, p. 33)

O desequilíbrio é tão grande que, de acordo com Bagdikian (apud Oliveira, 1998), os governos perderam o controle da situação. Como exemplo, o autor cita o caso dos Estados Unidos, país onde os "gigantes" da mídia conquistaram tanto poder que o governo simplesmente desistiu de tentar contê-los. Ele afirma que “a mídia corporativa e os ‘governos comercialmente orientados’ adotaram objetivos comuns, cujos efeitos são desconhecidos pelo grande público” (Bagdikian apud Oliveira, 1998, p. 37).

Por conta disso, é evidente que a oligopolização da comunicação se reflete também nas agências de notícias e no noticiário internacional. Oliveira (1998) conta que “muitas pequenas e médias empresas desapareceram”. Atualmente, o mercado é dominado basicamente por três grandes agências de notícias quando o assunto é jornalismo internacional: a britânica Reuters, a francesa AFP e a norte-americana AP.

Bagdikian (apud Oliveira, 1998, p. 37) alerta para os perigos dessa dependência: para ele, essas corporações estão atrás de cada vez mais dinheiro e influência, lutando continuamente por domínio e “investindo seu tempo ativo e bilhões de dólares em ‘batalhas’ visando as fusões”. Ao selecionar e apresentar as notícias sob a sua ótica, essas empresas direcionam a opinião pública e, conseqüentemente, a consciência política. No entanto, diferentemente do que acontece em estados autoritários, “a intervenção política não é aberta e explícita”, sendo, portanto, muito difícil detectar como são impostas as restrições políticas sobre aquilo que vemos, lemos ou ouvimos (Oliveira, 1998, p. 37).

2.3 A CHINA NA MÍDIA BRASILEIRA

Antes do prenúncio dos Jogos Olímpicos de Pequim, ocorridos em 2008, o jornalismo brasileiro sofria de uma profunda deficiência de assuntos relacionados à China, de acordo

com Pinheiro-Machado (2013). Para a autora, foi somente com a proximidade do evento, no início dos anos dos 2000, que o mundo – e o Brasil incluso – passou a olhar para o país asiático. A atenção, porém, não ocorreu de forma orgânica pela imprensa internacional: houve grande investimento, tanto financeiro quanto humano, do Departamento de Propaganda do governo chinês para “impressionar a mídia internacional, tentando mostrar um país incrivelmente próspero, mas ao mesmo tempo harmoniosamente pacífico” (Pinheiro-Machado, 2013, p. 17). Trevisan (2006) escreveu, antecipadamente ao evento esportivo, que o esporte passara a integrar, à época, “a estratégia de internacionalização do Partido Comunista”.

As Olimpíadas de 2008 são vistas pelo Partido Comunista como o evento que irá coroar processo de modernização e integração da China à comunidade internacional e sua ascensão ao pódio das nações mais poderosas do mundo. São esperados em Pequim 800 mil turistas estrangeiros e 100 mil integrantes da “família olímpica”, que inclui atletas, preparadores físicos, técnicos, jornalistas e delegações oficiais. Além dessa multidão, o governo estima que 1 milhão de chineses irá à capital para assistir aos jogos ao vivo. (Trevisan, 2006, p. 43)

O investimento do Departamento de Propaganda do Partido Comunista da China aliado à proximidade dos Jogos Olímpicos de Pequim fez com que os principais veículos jornalísticos brasileiros enviassem correspondentes ao país. Pinheiro-Machado (2013) lembra do surgimento de edições especiais de revistas que visavam apresentar o “exótico país” ao leitor brasileiro. A tardia presença de matérias sobre a China no cotidiano da imprensa do Brasil, contudo, não contribuiu para a superação dos estereótipos que rondam, até hoje, o país asiático, tampouco foi capaz de despertar o interesse do público leigo sobre a história e cultura da China. Pelo contrário: as matérias veiculadas àquela altura apenas aumentaram o estranhamento da população em relação ao país, uma vez que retratavam, na maioria dos casos, um “povo estranho, esperto e ameaçador” (Pinheiro-Machado, 2013, p. 17).

Nas capas, um dragão faminto sempre aparecia (e ainda aparece) prestes a engolir a economia nacional. Na mídia televisiva, reportagens especiais geralmente apresentavam algum aspecto ou bizarro ou hipermoderno. No primeiro caso, mostravam-se matérias de comidas exóticas (e inimagináveis); no segundo, construções grandiosas (também inimagináveis) de um país em rápida transformação. (Pinheiro-Machado, 2013, p. 17)

A ausência de reportagens relacionadas à China nos noticiários brasileiros e a posterior construção de uma imagem estereotipada e “bizarra” do país junto ao público podem ser explicadas por uma série de fatores ligados diretamente à história do nosso país. Entre eles,

estão o fato de termos sido colônia europeia por muito tempo e a própria ditadura militar dos anos 1960, apoiada financeira e ideologicamente pelos Estados Unidos (Silva, 2022).

Avançando além da questão histórica, há outros agentes que podem ajudar a explicar a paupérrima cobertura de eventos chineses no contexto do jornalismo brasileiro, em comparação com o tempo de cobertura dedicado a eventos estadunidenses e europeus, por exemplo. Para Silva (2022), o idioma é um dos maiores complicadores dessa troca de informações. Afinal, saber o idioma local é uma habilidade que, por via de regra, se espera de um correspondente internacional. Conhecer a língua falada no país de destino permite que o profissional adquira uma profunda compreensão de como um país ou uma sociedade funciona, uma vez que torna possível que o correspondente tenha acesso a informações sem a necessidade – e os filtros – da tradução (Silva, 2022).

Seguindo essa lógica, a China perde, em termos de proximidade linguística, para os Estados Unidos e países da Europa, dado que o inglês, além de mais próximo do português em sua lógica e estrutura do que o mandarim, é considerada uma língua global, compondo o currículo das escolas brasileiras desde os anos iniciais até o Ensino Médio. Beare (2019, apud Silva, 2022), lembra que, como um dos maiores países de língua inglesa do mundo, os Estados Unidos têm claras vantagens para as empresas de comunicação estrangeiras neste aspecto. Segundo o autor, há, no mundo, cerca de 1,5 bilhão de pessoas se dedicando ao estudo inglês, há décadas considerada a “língua franca”. Sendo assim, é indiscutivelmente “mais fácil encontrar profissionais fluentes em inglês do que em qualquer outro idioma. Além disso, em muitos países da Europa Ocidental, a proficiência em inglês como segunda língua também é elevada” (Breene, 2019 apud Silva, 2022, p. 23, tradução nossa).

Ainda que pareça um problema exclusivo do Brasil, a dificuldade de mostrar a China de forma clara e objetiva se espalha mundo afora. Pinheiro-Machado (2013, p. 18) conta que os veículos de outros países não agiram de maneira diferente do Brasil no contexto dos Jogos Olímpicos. A autora aponta que as capas de dragão constituem, inclusive, “um padrão das principais revistas do mundo que discutem economia”. A questão que diferencia o Brasil dos países europeus nesse sentido está no interesse para além da prática jornalística, o que ajudaria a construir uma visão não tão estereotipada e preconceituosa do país.

Naquele continente, com algumas exceções, a história da China está presente nos currículos escolares. Nos Estados Unidos, igualmente lá, as principais universidades possuem departamentos extremamente antigos e tradicionais especializados na sociedade chinesa, os quais produziram uma quantidade imensa de livros e exportaram outros milhares de especialistas para o mundo. (Pinheiro-Machado, 2013, p. 18)

Todavia, o interesse desses países em conhecer a história, a cultura e a sociedade chinesas não é casual. Trata-se de “uma resposta às suas políticas externas, que desde longa data têm de negociar (in)intensamente com o Reino do Meio”, além de maiores investimentos em pesquisa e educação, sobretudo no contexto das universidades (Pinheiro-Machado, 2013, p. 18).

No caso do Brasil, o olhar para a China é visto, até os dias atuais, com certo receio. Em entrevista para o *capstone* de mestrado de Silva (2022), Keila Cândido, descrita pelo autor como “uma das pioneiras na cobertura jornalística de assuntos chineses no Brasil” (Silva, 2022, p. 2), reconhece que, por conta da influência dos Estados Unidos, a imprensa brasileira mantém uma idealização de que “tudo o que vem dos Estados Unidos é bom e nós só temos que olhar para eles e para a Europa”. A jornalista também afirma que, nos veículos onde trabalhou, ninguém presta a devida atenção ao país asiático, sendo raras as publicações sobre a China. Para ela, “editores e repórteres geralmente não entendem a dimensão e a importância do assunto” (Cândido, 2022), referindo-se à cobertura de China. Oliveira (1998) atribui esse fenômeno a um complexo cultural que submerge nos países mais ricos e se retroalimenta ao passo em que estimula, nos países em desenvolvimento, as aspirações das pessoas para “atingir padrões de consumo nem sempre compatíveis com suas realidades” (Oliveira, 1998, p. 27).

Porém, não é somente a influência dos Estados Unidos sob a imprensa que determina a (falta de) cobertura sobre a China: a distância geográfica, o afastamento cultural e, conseqüentemente, o interesse da própria audiência também fazem com que os veículos produzam cada vez menos conteúdo sobre o país. Também entrevistada por Silva (2022), a jornalista Cibele Reschke, ex-editora de China no canal Globonews, sugere que a audiência acerca de conteúdos sobre a China não acompanha o crescimento da importância do país para a política doméstica do Brasil, o que leva os veículos jornalísticos a produzirem cada vez menos conteúdo nesse sentido.

Reschke (2022) conta que o pouco interesse que há sobre a China por parte do público brasileiro é relacionado ao exótico, corroborando Pinheiro-Machado. A jornalista destaca que, diferentemente do que acontece com os Estados Unidos, no qual há muito interesse sobre aspectos políticos e econômicos, as pessoas não se conectam com o país asiático e, portanto, não consomem matérias sobre o país que não sejam sobre um aspecto cultural, turístico ou gastronômico.

Como sinóloga, tento sempre divulgar histórias relacionadas à China, e algumas são aceitas. Mas se compararmos com o número de histórias que publicamos sobre os Estados Unidos e a Europa... As pessoas já estiveram nesses lugares; eles têm parentes e amigos que moram lá. Quantas pessoas você conhece que visitaram a China ou conhecem alguém de lá? (Reschke, 2022, tradução nossa)¹

Tal carência não se restringe somente à China, mas a tudo que acontece do lado de fora das fronteiras do Norte Global. Oliveira (1998) lembra que, durante a guerra do Golfo Pérsico, no início dos anos 1990, as agências reproduziram os objetivos da coalizão de países "aliados", apresentando o Iraque de forma "estigmatizada e preconceituosa" (Oliveira, 1998, p. 46). O mesmo ocorreu, na visão da autora, em 1994, na cobertura sobre a crise do Haiti. À época, as agências deram especial destaque à posição norte-americana, menosprezando versões de organizações internacionais ou de países negociadores.

¹ Entrevista concedida para a dissertação de Mestrado de Igor Patrick Silva.

3 CHINA: QUESTÕES DE HISTÓRIA, POLÍTICA E JORNALISMO

Enquanto civilização, a China representa uma das sociedades mais antigas do mundo, com registros de domínio da agricultura que datam de 8000 a.C. (Pinheiro-Machado, 2013). Apesar disso, o Ocidente considera a história do império chinês a partir de 1600 a.C., na dinastia Shang.

Os registros desse período, de acordo com Pinheiro-Machado (2013, p. 26), já apontavam para “uma sociedade altamente complexa: centralizada, estratificada, agrícola, militarizada e marcada pela domesticação do cavalo”. Segundo a autora, a sociedade chinesa da época era “altamente supersticiosa” e possuía uma série de rituais de sacrifício.

Em muitos deles, pelo princípio da reciprocidade, queimavam-se pessoas ou animais em nome de alguma graça, adivinhação ou simplesmente para agradar os deuses. Era comum que as pessoas de maior poder, ao morrerem, levassem seres humanos e objetos para a sua tumba como uma forma de sacrifício ou proteção, pois um dos princípios dessa sociedade é que se deve levar tudo o que se precisa para a vida após a morte. (Pinheiro-Machado, 2013, p. 26)

O governo chinês da época era o “órgão” centralizador desses rituais, o que sugere que, desde os primórdios da história da China, o Estado e a cultura se encontravam e, mais importante, se vinculavam (Pinheiro-Machado, 2013), estando praticamente indissociáveis e sendo parte essencial da sociedade. Após os Shang, vieram os Zhou, que seguiram a mesma lógica estrutural de sociedade, em que herdeiros repassavam seus títulos por meio da lógica patrilinear:

Diante de toda essa complexa escala de linhagem, fortaleceu-se uma sociedade altamente hierárquica, patriarcal e mediada pelo protocolo generalizado. Desde então, a etiqueta (li) tem sido um elemento central na cultura chinesa, versando sobre a habilidade em manter e estabelecer vínculos simétricos ou assimétricos, seja no âmbito pessoal, seja no âmbito político. Na verdade, diante da forma como a sociedade chinesa era estruturada, as esferas pública e privada - tal qual se concebe separadamente no Ocidente moderno - estavam unidas por um nó górdio. Havia, assim, uma relação de continuidade hierárquica entre a forma como se deve agir para com seu pai, o seu ancestral, o seu governante e o seus deuses. Esse aspecto é de suma importância para a compreensão da sociedade chinesa e terá reflexos até os dias de hoje na forma como os chineses constroem e mantêm seus vínculos sociais com membros da família, do trabalho e do governo. (Pinheiro-Machado, 2013, p. 29)

Trevisan (2006) compartilha da mesma percepção sobre esse aspecto da sociedade chinesa. A autora escreve que, por influência do confucionismo, “a família é o centro da vida social do país, no qual a devoção aos pais e o respeito aos mais velhos vêm sendo cultuados

há mais de 2 mil anos” (Trevisan, 2006, p. 50). Ainda de acordo com Trevisan, Confúcio foi o responsável por dar origem à base moral da vida pública e privada dos chineses, mesmo tendo vivido no século V antes de Cristo.

Ainda que as tradições pesem sobre a sociedade chinesa até os dias atuais, o país está em constante transformação. A modernização acontece lá muito rapidamente, de forma jamais vista em qualquer outro lugar do mundo. Trevisan (2006) conta sua experiência frente a essa rápida transição:

Quando mudei para o apartamento em que ficaria na minha temporada em Pequim, vi o início da terraplanagem de um megaempreendimento imobiliário localizado do outro lado da rua de meu condomínio - ele próprio um projeto imobiliário de porte significativo, com dez prédios dispostos ao redor de uma praça particular. Nove meses depois de minha instalação, os oito edifícios residenciais do empreendimento já recebiam o acabamento final e em poucas semanas poderiam começar a ser habitados. Enquanto isso, continuaram as obras do restante do projeto, que inclui shopping center, dois hotéis de luxo, restaurantes e lojas. Depois de presenciar essa exuberância de concreto e aço, levei um susto, no meu retorno ao Brasil, ao ver que edifícios que estavam em construção meses antes de minha partida ainda estavam em obras e assim ficariam por um bom tempo. (Trevisan, 2006, p. 35)

Essa fusão do novo, do crescimento econômico e da moderninha com a tradição é apenas um dos aspectos que ajudam a balizar o debate em torno da complexidade da China atual. Além disso, há questões mais objetivas, de dimensões territorial e populacional, por exemplo: da mesma forma que o Brasil, a China também é um país de dimensões continentais; mas, enquanto aqui há cerca de 203 milhões de pessoas distribuídas em, aproximadamente, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, no país da Ásia Oriental são 1,4 bilhão de pessoas (sete vezes a população brasileira, a título de comparação) espalhadas por 9,6 milhões de quilômetros quadrados.

A composição da étnica da população é outro ponto de destaque quando se olha para a sociedade chinesa. São, hoje, 56 etnias convivendo no território chinês. No entanto, ainda que à primeira vista pareça um país multiétnico como o Brasil, aproximadamente 92% da população da China desce de uma mesma etnia, os Han (Brady, 2012).

Lançando olhar para a distribuição territorial da população chinesa, há outro fator de aproximação entre a China e o Brasil. Assim como ocorre nesse país, a população do país asiático está distribuída de forma altamente desigual, concentrada majoritariamente na porção leste, junto ao litoral (Uol Educação, 2007). O mesmo fenômeno ocorre junto à costa brasileira, onde está mais da metade da população brasileira (Poder 360, 2024). Brady (2012) destaca que, apesar de representarem aproximadamente apenas 8% da população da China, as

minorias étnicas ocupam por volta de 50% do território do país, em algumas das partes do país mais ricas em recursos. O autor observa que “a política étnica tem sido uma questão perene na busca do Partido Comunista Chinês (PCCh) pela estabilidade política” (Brady, 2012, p. 9). Os aspectos supracitados levam a outro aspecto importante para compreensão da sociedade chinesa: o Partido Comunista da China e sua penetração na sociedade, incluindo na imprensa do país. O presente capítulo e dedicará a explicar brevemente esse tópico.

3.1 O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Fundado em 1921, o Partido Comunista da China é considerado “o maior partido governista no mundo, com mais de 89 milhões de membros” (Embaixada da China, 2017). Trevisan (2006) vai além: trata-se, para a autora, do “maior movimento político do mundo”, uma vez que “está presente em virtualmente todas as instituições da sociedade chinesa - governo, fábricas, universidades, organizações de bairros, entidades de classe, empresas estatais, escolas secundárias e até no McDonald's” (Trevisan, 2006, p. 81).

Ainda que esteja presente em todas as camadas da sociedade daquele país, o PCCh, ainda de acordo com Trevisan (2006), é liderado por poucas pessoas: atualmente, são sete os integrantes do Comitê Permanente do Bureau Político do Comitê Central. Entre eles, estão o presidente e o primeiro-ministro da China – posições atualmente ocupadas por Xi Jinping e Li Qiang, respectivamente. Este último foi eleito para o cargo em março de 2023, numa eleição que contou com cerca de 2,9 mil votos (Poder 360, 2023), demonstrando a centralidade das decisões do país.

Os membros do Comitê Permanente do Politburo concentram um enorme poder em suas mãos, mas não exercem suas funções de forma isolada do restante da estrutura do partido ou do governo. O grupo é auxiliado por uma série de institutos de pesquisa, que se encarregam de estudar os principais problemas enfrentados pelo país, analisar experiências históricas estrangeiras e propor soluções com “características chinesas”. A maior instituição oficial nesse estilo é a Academia Chinesa de Ciências Sociais, que reúne alguns dos principais intelectuais do país na área de ciências humanas. (Trevisan, 2006, p. 86)

Enquanto o Comitê Permanente conta com apenas sete membros, o Politburo possui 25. Estes, por sua vez, são eleitos pelo Comitê Central do Partido, formado por 204 membros. Do Congresso do Partido, realizado a cada cinco anos para “nomear novos líderes, discutir mudanças na constituição do partido e estabelecer uma agenda política para o país” (CNN Brasil, 2022), participam 2.296 delegados, os quais representam os mais de 95 milhões de

membros, de acordo com dados de 2022 (CNN Brasil, 2022). Cunha (2022) observa que a formação e organização do PCCh tem inspiração no Partido Comunista da União Soviética.

O PCCh começou por adaptar o traje leninista de inspiração soviética à realidade da China. O centralismo democrático – a subordinação do indivíduo à organização e aos seus líderes – começou a governar o funcionamento da máquina partidária. Da mesma maneira que o PCUS [Partido Comunista da União Soviética], o análogo chinês estabeleceu, na sua cimeira, os órgãos de governo, nomeadamente o Comité Central. (Cunha, 2022, p. 42, tradução nossa)

Apesar de discussões contemporâneas em relação às ideologias do grupo, sobretudo na academia, considera-se, no âmbito político e social, que o partido adota uma adaptação do marxismo-leninismo, modificando-o para um modelo mais realista, voltado aos problemas e questões internas da China. Em resumo, é correto dizer que faz uma “releitura” do socialismo, optando por uma “flexibilidade com características chinesas” que persiste até hoje (Cunha, 2022, p. 41).

Para Cunha (2022), o PCCh assumiu, desde a sua fundação um século atrás, um monopólio político-institucional, criando uma “dinastia comunista” e um partido indissociável do Estado. Com a Proclamação da República Popular da China, em 1949, a China estava, sob o domínio do PCCh, “caminhando para uma união embaixo de uma única bandeira pela primeira vez em séculos” (Cunha, 2022, p. 41).

A história do PCCh é dividida pelo próprio grupo em três grandes períodos: o primeiro momento compreende desde a fundação em Xangai, em 1921, à Proclamação da República Popular da China, em 1949, quando o partido enfim chega ao poder; o segundo engloba da Proclamação da República ao início das reformas de abertura da China para o mundo, iniciadas em 1978 por Deng Xiaoping, passando pelos maiores e mais contraditórios desafios da história recente da China, como a Revolução Cultural e o Grande Salto Adiante; e o terceiro abrange desde a época das reformas até a ascensão do atual líder, Xi Jinping, em 2012 (Cunha, 2022, p. 40).

Recentemente, o Partido passou a marcar uma linha divisória clara entre o período de reformas definido por Deng e uma “nova era” de 30 anos, que começou em 2020. Nos primeiros 15 anos, até 2035, Xi quer ver consolidados os alicerces de uma sociedade “moderadamente próspera” e, na segunda fase de 15 anos, até 2045, a modernização da “sociedade socialista” deve estar consolidada. (Cunha, 2022, p. 46, tradução nossa)

Por mais que, aos olhos do resto do mundo, o Partido Comunista possa sofrer algum desprestígio pela forma centralizada e hierárquica de conduzir o país, ele ainda desfruta de

grande prestígio entre os chineses. Fazer parte dos quadros do partido é visto como uma forma de ascender socialmente. Estima-se que entre 30% e 40% do corpo discente das principais universidades do país seja filiado ao grupo (Trevisan, 2006, p. 81).

As especificidades do Partido Comunista da China e da própria República – numerosas demais para serem abordadas em sua totalidade neste capítulo – demonstram a complexidade da estrutura política que, por consequência, acaba por afetar a comunicação do país, em especial o jornalismo.

3.2 IMPRENSA A SERVIÇO DO ESTADO

Huang (2012) descreve a imprensa chinesa com três características primordiais: (a) o ativo estatal, (b) a dupla prioridade e (c) a divulgação com duas funções.

Por ativo estatal, compreende-se a proibição de entrada de investimento privado na indústria jornalística do país. De acordo com Huang (2012), as mídias do país pertencem, em sua totalidade, ao governo ou chinês (ou seja, ao Partido Comunista da China) e, mesmo quando não há uma supervisão direta do Partido sobre o veículo, ele precisa reconhecer o organizador, possuindo, indispensavelmente, um organismo superior responsável. Este, por sua vez, deve obrigatoriamente ser um departamento do Estado ou do Partido (Huang, 2012).

A privatização do jornalismo significa o surgimento de vozes diferentes do Partido e do governo, ou até algumas provações políticas, sendo esse fato ainda inaceitável no ambiente chinês, e provavelmente desfavorável ao Estado e à nação. (Baojun apud Huang, 2012, p. 25)

É válido mencionar que movimento semelhante ocorre no Brasil, mas de maneira inversa: enquanto, na China, estudiosos acreditam que a privatização possa expandir a comunicação a vozes dissonantes do governo chinês, estudam-se, no Brasil, maneiras de tornar a mídia igualmente mais democrática, já que, indo ao encontro do que acontece no país asiático, aqui os grandes meios de comunicação também pertencem a uma espécie de oligopólio – no entanto, são empresas privadas que dominam o mercado da informação no Brasil em vez de o governo, como observado no modelo chinês.

Aqui, “um pequeno grupo de empresas privadas possui a prerrogativa de selecionar, filtrar, editar e obstruir toda a informação que passa pelos seus canais” (Marinoni, 2015, p. 4). Essas empresas, admite-se, visam ao lucro e, portanto, nem sempre possuem compromisso com a informação, de fato. Na visão de Fonseca (2011), a mídia brasileira atua, hoje, num

ambiente indefinido, cujos interesses e opiniões privados são apresentados como públicos. Tal fato faz que os veículos estejam sempre presos a interesses, compromissos e visões de mundo privados e mercantis (Fonseca, 2011).

Dado esse contraponto, cabe indagar se a situação brasileira não seria semelhante de certa forma à tradição do socialismo “real”, em que há verdadeiros monopólios e oligopólios da comunicação – formais e informais –, sem que o Estado e a sociedade possuam instrumentos eficazes para fiscalizá-los, responsabilizá-los e contê-los, nos limites da democracia e do Estado de Direito Democrático, que não o jogo do mercado e a Justiça, que são sabidamente insuficientes. Apesar da existência do multipartidarismo, de diversos proprietários de meios de comunicação e do Estado não ser onisciente nem onipresente, teria havido aqui, em perspectiva histórica, consensos forjados, contribuindo assim para uma sociedade não “poliárquica”. (Fonseca, 2011, p. 48)

Adentrando no segundo conceito levantado por Huang (2012), o da dupla prioridade, o autor atesta que os veículos de comunicação da China, ainda que sejam instituições de opinião pública e propaganda política, possuem propriedade industrial que os permite buscar o benefício econômico, da mesma forma que acontece no sistema capitalista. Dessa forma, existe outro ponto de convergência entre o jornalismo chinês e o brasileiro: ambos buscam vantagens, ainda que adaptadas à lógica política e econômica dos mercados aos quais estão inseridos. Enquanto, na China, quem decide o que pode ou não ser publicado é o Partido, no Brasil o soberano é o anunciante (Oliveira, 1998, p. 38). A diferença entre os dois países se dá na forma como essa escolha é determinada. Na China, o processo é mais aberto e delimitado. Aqui, estes mecanismos de controle não são tão visíveis, tornando difícil a tarefa de “detectar como a maior parte da mídia impõe restrições políticas sobre aquilo que o público vê, ouve ou lê. A intervenção política não é aberta e explícita” (Oliveira, 1998, p. 37).

A divulgação com duas funções, por sua vez, caracteriza a propaganda como sendo a principal função dos veículos jornalísticos chineses, mas a informativa tendo sido elevada recentemente a um patamar de semelhante importância, exibindo, assim, “as funções múltiplas e multiescalonadas” do jornalismo da China (Huang, 2012, p. 26). Isso se faz possível graças, principalmente, ao acesso à internet e à crescente globalização a qual a China está inserida, uma vez que as redes sociais têm, cada vez mais, virado território de debate e ativismo. Dessa forma, o governo chinês tem percebido que, se continuar a ignorar os cidadãos chineses (especialmente em meio digital) e propagar informações sem considerar a opinião pública, os jornais tradicionais perderão suas audiências, o que é “economicamente danoso” (Hong, 1998 apud Luo e Harrison, 2019). Qiang (2011 apud Luo e Harrison, 2019) cita ainda que a internet tem fornecido considerável poder aos cidadãos comuns da China e,

dessa forma, alterado a *agenda-setting* dos veículos de jornalismo do país. Este fato ajuda a explicar, simplificadamente, a divulgação com duas funções. Isto é, os meios de comunicação da China estão buscando também informar em vez de apenas fazer propaganda, tendo em vista o fácil acesso a meios alternativos por parte da população, onde a informação corre com uma velocidade nunca vista.

Para exemplificar a atuação do Partido frente aos veículos de notícia, cabe citar a Xinhua, gigante da comunicação chinesa. Fundada em 1931 e com sede em Pequim, a Xinhua News Agency é a maior agência de notícias da China. O órgão possui, atualmente, cerca de 10 mil jornalistas distribuídos por 144 escritórios em todo o mundo – incluindo os 33 na China, que cobrem todas as províncias do país (AFP, 2012) – e fornece informações para todo o globo, sendo, inclusive, parceira de agências internacionais, como a AFP.

O Departamento de Propaganda é o responsável por controlar a agência, de acordo com Silva (2009). O órgão não só define, mas também orienta a pauta. Para ter sua publicação liberada, todo conteúdo deve cumprir critérios ideológicos e jornalísticos (Silva, 2009, p. 23). De forma resumida, a agência funciona, não é equivocado dizer, como porta-voz do governo chinês, mas também como a maior fonte de informações do país asiático China afora, ainda que as informações possam ser questionadas ou, pelo menos, analisadas com um olhar crítico e cauteloso.

A criação de uma agência de notícias estatal por parte do Partido Comunista Chinês foi estratégica, já que reuniu diversas linguagens institucionais embutidas em um viés midiático, conseguindo não apenas multiplicar, em grande escala e com rapidez, sua versão dos fatos, mas também dar a versão socialmente legitimada deles (Silva, 2009, p. 28).

Elucidadas as três características centrais dos veículos jornalísticos na China, fica evidente que, diferentemente do que acontece na maioria dos países capitalistas, onde as grandes empresas de comunicação respondem ao capital privado, a comunicação do país trabalha a serviço somente do estado, atendendo às necessidades e vontades do PCCh. Isto é, não há concorrência direta a não ser pelas redes sociais e o acesso a informações é controlado.

3.3 A CHINA DO SÉCULO XXI

A chinesa que corria o risco de praticar um desvio pequeno-burguês se usasse batom na Revolução Cultural hoje lê sobre concursos de miss no Diário do Povo, o jornal oficial do Partido Comunista, consome revistas estampadas com modelos e

celebridades e assiste a uma explosão das indústrias de cosméticos e cirurgias plásticas. (Trevisan, 2009)

Não é mais novidade que a China esteja passando por transformações sociais, econômicas e, por consequência, culturais. Em 2023, o país foi a segunda nação que mais cresceu no mundo, com um acréscimo de 5,2% no seu Produto Interno Bruto (Folha de S. Paulo, 2024). A título de comparação, o Brasil cresceu, no mesmo período, 2,2%.

Estes feitos podem ser direcionados, principalmente, à questão da abertura econômica da China, iniciada pelas reformas de Deng Xiaoping a partir dos anos 1970. O gradativo processo de abertura e industrialização provocou uma rápida transformação do país, alimentando uma crescente globalização. Um efeito prático desse processo que ajuda a explicar as rápidas mudanças da sociedade chinesa está no constante crescimento do poder aquisitivo da população e, consequentemente, o maior acesso a bens tecnológicos e à internet.

Os chineses que tentaram se manter isolados no fim do Império e ficaram enclausurados durante os quase trinta anos de governo maoísta hoje viajam o mundo com voracidade crescente. O povo que mal tinha telefone fixo no final dos anos 1980 chegou a 2009 com 640 milhões de telefones celulares e uma população de trezentos milhões de internautas – em ambos os casos os maiores números do mundo. (Trevisan, 2009, p. 12)

De fato, a China é o país do mundo com o maior número de internautas, com um universo de 1 bilhão de pessoas conectadas à internet, ainda que tenha perdido o posto de país mais populoso do mundo para a Índia em 2023 (G1, 2023). Um universo de tanta gente com acesso a bens tecnológicos, exemplificados aqui pelo uso de internet e celular, reforça a conexão entre as pessoas e explica, de certa forma, o contato dos chineses com o restante do mundo, característica essencial para a globalização. Entrando na seara da comunicação, essa ocorrência propicia um aumento da difusão de informações e a participação das pessoas no debate público, como visto anteriormente. Os efeitos práticos disso são uma população especialmente jovem cada vez mais pluralista e materialista (Hung, 2013).

Com a proliferação contínua de sites, salas de bate-papo, blogs individuais e microblogs (Weibo) na internet chinesa, os novos meios de comunicação estão adquirindo o potencial de exercer um impacto muito maior no sistema político e na relação Estado-sociedade em geral, e nos meios de comunicação controlados pelo governo, em particular, como fonte alternativa de informação e opinião que está prontamente disponível online, em vez de através dos meios de comunicação tradicionais ou convencionais. (Hung, 2013, p. 43, tradução nossa)

Ainda de acordo com Hung (2013), as três décadas de abertura e reforma econômica transformaram profundamente a sociedade chinesa, pois as novas gerações têm priorizado, cada vez mais, o desenvolvimento individual no lugar do coletivismo tradicional daquela sociedade, visto, outrora, como o valor norteador da nação. Ou seja, a riqueza material e a realização pessoal estão se tornando valores proeminentes de modo que a liberalização oriunda das reformas econômicas está repercutindo na esfera midiática do país (Hung, 2013, p. 44).

A transformação digital sem precedentes experimentada pela China tem impacto direto no jornalismo. Uma vez que os veículos tradicionais respondem, em suma, ao Partido Comunista, as redes sociais e, conseqüentemente, os jornalistas e veículos alternativos que emergem através delas surgem como um contraponto às versões do partido, pois “se baseiam no modelo de propriedade privada ou mista, ou financiada por fundos de capital estrangeiro ou de natureza popular” (Pasti; Ramaprasad, 2016).

Além disso, Pasti e Ramaprasad (2016) também reconhecem que o mercado de trabalho em veículos online é mais acessível para os jornalistas sem uma educação especial ou para aqueles oriundos de camadas mais baixas da sociedade. A renovação da imprensa chinesa e do jornalismo no país também pode ser visualizada quando olhamos para a faixa etária ou gênero dos profissionais da área. A China é, entre os pesquisados por Pasti e Ramaprasad, o país que tem os jornalistas com a menor média de idade (33 anos). No Brasil, a média é 40, enquanto na Rússia e nos Estados Unidos, 41.

O país também tem um número elevado de jornalistas mulheres: elas eram cerca de 53% das profissionais formadas no país em 2010. No Brasil, esse número correspondia a apenas 40% na época (Pasti; Ramaprasad, 2016). Todos os números expressados aqui se opõem, de certa maneira, à visão antiquada que ainda sobrevive, muitas vezes, na mídia ocidental acerca da sociedade chinesa: machista, patriarcal, envelhecida e avessa a mudanças e à modernidade.

4 CORRESPONDENTES BRASILEIROS NA CHINA

Para compreender a rotina e os desafios enfrentados por correspondentes brasileiros na China, foram feitas entrevistas com profissionais que atuaram no país asiático. Este, aliás, foi o único critério adotado para a escolha dos entrevistados: estar ou já ter estado na China a trabalho. Ainda que, inicialmente, este trabalho tinha a pretensão de falar sobre a atual realidade da China para jornalistas estrangeiros, o critério de tempo precisou ser deixado de lado, uma vez que, justamente pelas questões sobre as quais a pesquisa buscava refletir (como a política e a covid, sumariamente), há cada vez menos jornalistas brasileiros em solo asiático. Sendo assim, apenas um dos entrevistados está, neste momento, no país asiático: Nelson de Sá, que reside atualmente em Pequim. Outras fontes consultadas para a pesquisa, como Cláudia Trevisan e Gilberto Scofield Júnior, trabalharam no país há quase duas décadas, mas têm sólidas experiências enquanto correspondentes na China – tendo ambos publicado livros sobre o tema, inclusive.

Ao todo, foram feitas quatro entrevistas semiestruturadas, em profundidade. As mesmas perguntas foram dirigidas aos entrevistados para que, assim, fosse possível inferir sobre aspectos comuns do dia a dia de trabalho em outro país e fazer uma análise das respostas em relação à rotina, dificuldades linguísticas, barreiras culturais, censura e questões financeiras. Evidencia-se, portanto, o fato de se tratar de uma pesquisa qualitativa, com posterior seleção e análise do conteúdo obtido. A seguir, será apresentado o roteiro da entrevista, oferecendo uma breve justificativa para a escolha de cada uma das perguntas:

- 1. Em primeiro lugar, gostaria que você falasse um pouco sobre questões mais práticas e objetivas da sua viagem à China: qual é/era a sua função, há quanto tempo está/ficou no país, como chegou e onde mora/morou?**

Ao iniciar a conversa com esta pergunta, busca-se permitir que o jornalista se apresente e ofereça um contexto básico sobre a sua trajetória e a maneira como chegou à China. Espera-se, aqui, que o entrevistado apresente os detalhes elementares da passagem como correspondente pelo país - como duração da estadia, localização geográfica etc. -, permitindo uma compreensão inicial sobre a experiência do entrevistado antes de avançar para questões mais complexas.

- 2. Você pode descrever a sua rotina de trabalho no país? Como é/era a prática jornalística aí/lá? Como você descobre/descobria as pautas?**

Aqui, o objetivo é entender o dia a dia do jornalista no país, de modo que seja possível fazer inferências sobre a forma como se dá a rotina e comparar com a realidade do Brasil. A pergunta é importante porque ajuda a ilustrar a dinâmica do trabalho.

3. Em relação a questões burocráticas, como foi o processo de conseguir o visto de trabalho para jornalista? Teve alguma dificuldade para se estabelecer?

A resposta a essa pergunta permite que seja possível visualizar o grau de facilidade (ou dificuldade) de trabalhar na China do ponto de vista administrativo e legal; saber como é o processo, se é lento, se é “amigável” ou invasivo, etc.

4. Notou algum desafio/alguma dificuldade para exercer a profissão? Se sim, isso aconteceu de forma velada ou explícita?

Procura-se, por meio desta questão, entender os obstáculos que o jornalista pode ter enfrentado no exercício de sua profissão. Compreender estes aspectos ajuda a mapear o ambiente de liberdade de imprensa e as condições de trabalho para os jornalistas na China, de modo geral. No entanto, frisa-se o não uso, na pergunta, de palavras que pudessem, de alguma maneira, inclinar a resposta dos entrevistados (como “censura”, por exemplo), deixando a cargo dos entrevistados falar estes termos ou não.

5. Considerando que você já exerceu a profissão no Brasil ou em outros países, quais são as maiores diferenças de praticar o jornalismo na China para os outros lugares onde você trabalhou?

Comparações com experiências anteriores são úteis para destacar as particularidades do exercício da profissão em cada país. Identificar diferenças permite uma análise aprofundada das especificidades do ambiente de mídia chinês em relação a outros cenários.

6. Como você avalia a cobertura da imprensa brasileira sobre a China? É suficiente ou falta algo? Por quê?

Esta pergunta visa apresentar a opinião do jornalista sobre a essência da sua função: a cobertura da China pela mídia brasileira. A par disso, é possível apontar lacunas ou pontos fortes na produção jornalística do país sobre o tema, além de traçar uma análise de como a China é retratada no noticiário do país e entender o porquê da suficiência (ou não) de notícias nesse tópico.

7. Por fim, você gostaria de destacar algum ponto ou falar sobre algum tópico do qual não tratamos em relação ao tempo que trabalhou na China?

Finalizar com uma pergunta aberta permite ao entrevistado compartilhar informações relevantes que não tenham sido abordadas nas questões anteriores.

Optou-se por este formato porque, diferentemente das pesquisas quantitativas, a qualitativa “investiga mais profundamente ambientes, subculturas e cenas, na esperança de gerar uma compreensão subjetiva de como e por que as pessoas percebem, refletem, assumem papéis, interpretam e interagem” (Baker; Edwards, 2012). Cabe mencionar, também, que a maioria das conversas foram conduzidas por videochamadas, pois este formato permite que as entrevistas se façam mais fluídas e sem as limitações ou filtros da entrevista por texto (em virtude da grande diferença de horário, a entrevista com Nelson de Sá, que se encontra na China agora, foi a única textual, realizada via e-mail).

Além dos jornalistas já citados (Trevisan, Scofield e de Sá), também foi consultado, para esta pesquisa, Igor Patrick. As próximas linhas se dedicarão a apresentá-los brevemente.

1. **Igor Patrick:** Jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), é mestre em Estudos de China, pela Universidade de Pequim, e em Assuntos Globais, pela Universidade Tsinghua, de Xangai. Já trabalhou para O Globo, O Tempo, Hoje em Dia, Estadão e Huffpost Brasil. Atualmente, escreve a newsletter “China, Terra do Meio” para a Folha de S. Paulo e atua como correspondente, em Washington, do jornal South China Morning Post, de Hong Kong. Além disso, é autor do livro “Hearts & Minds, Votes & Contracts” sobre a imprensa chinesa, dirige a comunicação da rede colaborativa Observa China e foi apresentador do podcast Pagode Chinês.
2. **Cláudia Trevisan:** Atual diretora-executiva do Conselho Empresarial Brasil-China, atuou como correspondente internacional em Pequim da Folha de S. Paulo e do Estadão. Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), a jornalista também possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado em Estudos Internacionais Avançados pela Universidade John Hopkins. É autora dos livros “Os Chineses” e “China – O Renascimento do Império”. Além de Pequim, também exerceu a função de correspondente em Washington e Buenos Aires.
3. **Gilberto Scofield Júnior:** Bacharel em Jornalismo pela Universidade Gama Filho, foi editor do jornal O Globo, para o qual atuou, por cinco anos, como correspondente internacional em Pequim. Possui mestrado em Mídias Criativas pela Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, é doutorando em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Já contribuiu com Revista Exame, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Revista Época, iG Finance, O Globo, Revista Piauí e Agência Lupa – tendo exercido a função de diretor de Estratégias e Negócios da última. É autor do livro “Um Brasileiro na China: o olhar de um jornalista estrangeiro sobre o país que mais cresce no mundo”, além de também ter atuado como correspondente em Washington.

4. **Nelson de Sá:** Colaborador da Folha de S. Paulo desde 1984, já exerceu os cargos de redator, editorialista, correspondente internacional, editor-assistente, secretário-assistente da redação, repórter especial, crítico de teatro e editor do caderno Ilustrada no jornal paulista. Atualmente, ocupa a posição de correspondente em Pequim, onde está há três meses. Antes disso, esteve em Taiwan também como correspondente, por um ano. É formado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Além de Pequim e Taipei, já foi correspondente em Nova York.

Este capítulo traz uma divisão por assuntos, destacando as principais questões apresentadas pelos entrevistados. São elas: a forma inesperada como chegaram à China, os maiores desafios de exercer a profissão no país, a rotina de trabalho e a busca por pautas, e a as burocracias para se estabelecer no país asiático. O capítulo também trará, na sua conclusão, uma avaliação dos entrevistados a respeito da cobertura de China no noticiário brasileiro.

4.1 DESTINO IMPREVISTO

Com exceção de Trevisan, que começou a se interessar e estudar a respeito da China antes de sua primeira viagem ao país, em 2004, os outros entrevistados relataram não ter sido uma escolha pessoal ou profissional, mas um fato praticamente acidental. Tanto Igor quanto Gilberto afirmaram jamais terem imaginado exercer a profissão de correspondente na China.

Foi completamente inesperado. Eu era editor adjunto de Economia do jornal O Globo. Na época, o diretor de redação era um jornalista que já faleceu, chamado Rodolfo Fernandes, filho do Hélio Fernandes, fundador da Tribuna da Imprensa. Um dia ele, do nada, me chamou para conversar e falou “vem cá, você já tinha pensado em ser correspondente estrangeiro?”. Imagina, todo jornalista quer ser correspondente estrangeiro, especialmente em Paris. Ele falou “sabe por quê? Porque eu acho que a China está se tornando uma coisa muito importante no mundo

e para o Brasil. Eu queria ter um olhar brasileiro na China. Você gostaria de ir para a China?” (Gilberto Scofield Jr., 2024)

A ida de Gilberto para a China se difere da de Igor pela razão: enquanto o primeiro já foi com a missão de ser correspondente, Igor deixou o Brasil e foi em direção à China para estudar. Assim como Gilberto, ele não imaginava desembarcar na China – fosse para estudar ou trabalhar.

Começou em 2013. Na época, eu estava fazendo jornalismo na PUC e me candidatando para o Ciências Sem Fronteiras. Eu me candidatei, mas o meu exame do TOEFL chegou atrasado e eu não consegui ir na primeira entrada do edital de 2013. No segundo edital, o governo cortou Jornalismo da lista de cursos elegíveis. Foi uma loucura, eu processei o governo. Cheguei até a ir a Brasília encontrar com o Ministro de Educação na época, ministro de Ciências e Tecnologia, enfim. Acabou que muita gente foi para o Ciências Sem Fronteiras por conta desse processo, mas eu não consegui ir. Eu já tinha toda a minha documentação pronta e estar fora, até então, não era algo que eu vislumbrava como possível. A PUC tinha uma parceria com a Universidade de Pequim e com a Shanghai Jiao Tong para um intercâmbio, e estava ciente do que estava acontecendo em relação ao Ciências Sem Fronteiras. Eles acompanharam todo o processo e, como eu já tinha tudo pronto, a coordenadora falou para mim: “você já está com tudo pronto, por que você não vai para a China?”. Eu pensei “porra, para a China?”. Nunca imaginei que eu fosse para a China. Mas me candidatei e passei. (Igor Patrick, 2024)

A trajetória de Cláudia, por sua vez, é mais semelhante à de Gilberto, pois ela também já deixou o Brasil após um convite para ser correspondente no país asiático. Além disso, há outro ponto de encontro na experiência dos dois jornalistas: ambos foram na mesma época, no início dos anos 2000, em função da política de aproximação do presidente Lula, à época no primeiro mandato, com o governo chinês.

Em 2003, eu comecei a me interessar pela China. A China tinha entrado na OMC em 2001, o país estava começando a crescer a taxas altíssimas e estava ganhando relevância no comércio brasileiro. Ainda não aparecia entre os dez maiores destinos de exportação brasileira, mas as vendas para a China estavam crescendo muito. Eu comecei a fazer matérias sobre a China a partir do Brasil. Cheguei a fazer uma matéria sobre a maior comunidade brasileira que mora na China, numa cidade chamada Dongguan. Era uma comunidade de pessoas especialistas na indústria calçadista brasileira, principalmente indústria de couro, que se transferiu para a China. Essas pessoas eram especialistas na fabricação de calçados de couro e foram contratadas por empresas chinesas para ir para a China. [...] No começo de 2004, a Folha decidiu ter um correspondente na China e, como eu estava interessada no país, estava escrevendo sobre China, eles me perguntaram se eu gostaria de ir. A gente já sabia que o Lula faria uma viagem oficial para a China em 2004. Eu aceitei e fui, em março de 2004. (Cláudia Trevisan, 2024)

Ainda que, à exceção de Cláudia Trevisan, os jornalistas tenham ido parar na China de forma inesperada, o vislumbre com o país asiático ao chegarem lá foi um fator comum entre os entrevistados. Igor Patrick afirmou ter “se apaixonado” pela China ao desembarcar no país.

Quando eu cheguei lá, eu fiquei completamente apaixonado pelo país. Fiquei me perguntando, em qualquer lugar onde eu ia, por que as pessoas não estavam falando sobre aquilo: “o que está faltando para as pessoas prestarem atenção nesse país?”. Era uma China muito diferente do que a gente tem hoje em dia, até politicamente falando. Se fosse hoje, talvez eu estivesse menos inclinado a seguir essa carreira, mas, de qualquer forma, eu voltei de lá com a cabeça muito “preciso fazer algo sobre isso”. [...] A viagem para a China mudou completamente a minha cabeça. (Igor Patrick, 2024)

As falas de Cláudia sobre as primeiras impressões do país seguem a mesma linha:

A língua, a cultura, o país, era tudo novo para mim. Mas adorei morar lá. Foi incrível e eu queria ficar. Completou um ano e eu queria continuar lá, mas a Folha decidiu fechar o posto de correspondente na China. (Cláudia Trevisan, 2024)

A jornalista conta que gostou tanto de trabalhar no país que, quando o veículo para o qual trabalhava decidiu não reabrir o posto de correspondente na China na época das Olimpíadas de Pequim, ela foi atrás do concorrente:

Eu voltei para o Brasil decidida a retornar à China em 2008, ano da Olimpíada. Em 2008, a Folha não quis me mandar de volta. Eu pedi demissão e fui falar com o Estadão, perguntar se gostariam de ter uma correspondente na China. Eles queriam. Eu voltei pelo Estadão e fiquei mais cinco anos, até 2013. Eu acho que, para um jornalista, viver na China no período em que eu vivi foi uma coisa incrível. (Cláudia Trevisan, 2024)

Tendo ido primeiramente como intercambista, Igor Patrick também retornou ao país depois, em outro momento. Ele conta que, mesmo após voltar ao Brasil, continuou escrevendo sobre a China para os veículos por onde passou, como o Estadão (onde foi trainee), o Huffpost Brasil e a agência Rio Novosti. O fato de escrever com frequência sobre o país fez com que, mesmo à distância, o jornalista mantivesse proximidade com questões locais, sendo procurado quando o assunto era China, inclusive por órgãos do próprio país, como a Embaixada da China no Brasil.

[...] eu sempre dava um jeito de focar em China, porque era um assunto que me interessava. Em 2018, eu comecei a sentir que a coisa estava ficando mais séria, que eu precisava fazer alguma coisa a respeito. Eu precisava me especializar se eu quisesse falar sobre aquilo e, por coincidência, naquele ano, a Embaixada da China me chamou para ir à China para acompanhar, como jornalista, as agendas no entorno

do aniversário de 40 anos das políticas de reforma e abertura econômica da China. Eu fui e, nos últimos dias de viagem, como eu estava em Pequim, fui dar uma passada na Universidade de Pequim para dar oi para os meus professores. Numa conversa com um professor, ele falou sobre a Yenching Academy. (Igor Patrick, 2024)

O programa a que ele se refere, a Yenching Academy, é um mestrado internacional que visa atrair jovens interessados no país para se tornarem sinólogos (pessoas especialistas em China, de forma bastante resumida).

Eu já estava me candidatando para um mestrado na Dinamarca, já estava nos finais, que era o melhor dos mundos no jornalismo. [...] Passei nesse mestrado, mas, quando eu fiquei sabendo da Yenching, fui pesquisar mais a respeito e falei “vou me candidatar”. Foi uma loucura porque, quando ele me falou sobre isso, estava faltando uma semana para fechar o prazo. [...] Nessa viagem, uma das pessoas na comitiva era o professor Maurício Santoro, coordenador de Relações Internacionais da UERJ. Ele tem um livro sobre Brasil e China também, já estava enveredando nessa área. Comentei com ele e falei “pô, achei esse mestrado aqui, mas tem que correr atrás de cartas de recomendação. Não sei se vou ter tempo”. Ele respondeu assim: “trabalha na sua *application*, eu te dou uma das cartas”. Corri no Brasil, arrumei de última hora a carta de recomendação, mandei e, para minha surpresa, eu passei. (Igor Patrick, 2024)

O mestrado tornou possível que ele voltasse ao país em 2019, de novo como estudante.

Deixei completamente a minha zona de conforto, que era jornalismo, para focar em estudos da China (que, até então, era algo muito novo para mim, a despeito de eu ter morado lá). Essa era minha sensação: em algum momento, vai ser importante. E saber sobre isso vai ser relevante para minha carreira porque, até então, eu já fazia coisa na área de Internacional, mas era uma coisa mais abrangente. Fui e fiquei na China durante sete meses. (Igor Patrick, 2024)

Depois de voltar ao país asiático para estudar pela segunda vez, Igor saiu de férias em 2020 e, por conta da pandemia de covid, ficou impedido de retornar. A China tinha, àquela altura, fechado todas as fronteiras. Foi então que, procurado pela Folha, o jornalista começou a trabalhar para o jornal, escrevendo sobre a China à distância, na perspectiva de quem já morou no país. Atualmente, Igor Patrick vive em Washington.

Em fevereiro de 2021, o então editor de Mundo da Folha, o Daigo, que já me acompanhava há algum tempo antes de eu ir pra China, falou “não dá para esperar você voltar pra China. Esse tema é uma lacuna grande dentro do jornal, a gente precisa de alguém especializado e você estuda o assunto, já tem um repertório, um portfólio. A gente gostaria que você viesse pra cá com um blog e com uma newsletter”. Foi quando eu estreei o blog e newsletter “China, Terra do Meio”. O blog acabou sendo desativado, mas a newsletter existe até hoje. [...] No início do ano passado, expandi um pouco mais a coisa, porque a Tatiana Prazeres, que era colunista de China na Folha e foi professora de uma universidade na China também, saiu porque se tornou Secretária Nacional de Comércio Exterior. Na Folha, você não pode manter um cargo se estiver no governo. Com isso, a secretária de redação da

Folha me convidou para ocupar o lugar dela. Desde o ano passado, eu sou titular da coluna de China. (Igor Patrick, 2024)

Nelson de Sá, o único dos entrevistados que está na China hoje, não quis comentar o processo que o levou até o país, em razão de serem questões internas do veículo. Na China há três meses, ele conta que, antes disso, ficou um ano em Taipei, capital de Taiwan.

Expostas as circunstâncias que levaram os jornalistas até Pequim, o próximo tópico a ser abordado diz respeito aos desafios enfrentados pelos correspondentes no âmbito da profissão. Os desafios giram em torno, principalmente, de questões de fuso horário, idioma, acesso a fontes e liberdade para exercer a profissão.

4.2 ROTINA DE UM JORNALISTA NA CHINA: PRINCIPAIS DESAFIOS

Se fosse feito um mapa de calor do exercício da profissão na China sob o ponto de vista de um correspondente, os desafios seriam, possivelmente, a área mais quente. Por caracterizar a parte central da discussão deste trabalho e, portanto, a mais extensa, os desafios foram divididos em quatro partes.

Quando questionados sobre os maiores desafios da profissão, os entrevistados citam temas como a diferença de fuso horário, a dificuldade de aprender – e falar – o idioma e a falta de acesso a fontes oficiais, por questões políticas, principalmente. Cada um destes itens será detalhado a seguir.

4.2.1 TRABALHE ENQUANTO ELES DORMEM: O DESAFIO DO FUSO HORÁRIO

Se considerarmos os horários nas capitais dos países, Brasília e Pequim, a China está onze horas à frente do Brasil. Isto é, quando no Brasil o relógio estiver apontando para as 18h de domingo, na China já serão 5h da manhã de segunda-feira. Esse item é apontado como um dos maiores desafios - talvez o mais elementar – de exercer a posição de correspondente no país. A grande diferença de horário, contam os jornalistas, altera a rotina de trabalho e inverte a lógica das decisões, que passam a ser tomadas “de baixo para cima” – o correspondente pautando os editores dos veículos.

Eu trabalhava quando todo mundo aqui no Brasil estava dormindo. Isso fazia com que eu tivesse que tomar decisões, muitas vezes, sozinha, sem consultar a redação; sem falar “vamos fazer essa matéria”. Eu tentava mandar a pauta no dia anterior para que, quando o chefe de reportagem chegasse no jornal, já tivesse uma pauta lá. Só

que a pauta muda, aparece outra coisa no dia. E eu tinha que tomar decisões no sentido de abandonar uma pauta e apostar em outra. Eu escrevia as matérias e mandava para o jornal quando ainda era dia em Pequim. Quando as pessoas chegavam no jornal de manhã (que era a minha noite), as minhas matérias já estavam lá. Se eu fosse esperar as pessoas chegarem no jornal para então discutir, eu não iria dormir. (Cláudia Trevisan, 2024)

Gilberto acrescenta que, por conta da diferença de horário, os contatos com os colegas e com a redação eram raros, quase inexistentes. Da mesma forma que Cláudia, era ele quem pautava o jornal.

Eu estava 13 horas à frente. Quando eram oito horas da noite na China, eram nove horas da manhã no Brasil. As pessoas chegavam para trabalhar onze horas da manhã para fazer jornal, que ia rodar no dia seguinte. Onze horas da manhã aqui, lá já era meia-noite e eu estava dormindo em casa. Por isso, raramente a gente se falava, a não ser que fosse uma coisa muito importante. Nesse caso, a editora de Internacional acordava mais cedo e me ligava. Se não fosse isso, a gente não falava, então eu acompanhava as coisas que estavam acontecendo e ia pautando eles aqui no Brasil. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

As experiências de Cláudia e Gilberto reforçam o argumento supracitado de Utzeri (1989), que afirma que o correspondente internacional é o mais livre dos jornalistas. Embora pareça uma qualidade, essa autonomia exige muita responsabilidade e conhecimento do veículo para o qual se presta serviço. É o que aponta Cláudia:

A diferença de fuso faz com que você tenha que desenvolver uma autonomia e uma capacidade de julgamento. Você precisa conhecer bem o jornal para o qual você trabalha, saber o tipo de matéria que é relevante e apostar nela porque, senão, você não consegue dormir se você for trabalhar no fuso daqui e no fuso de lá. (Cláudia Trevisan, 2024)

A escolha das pautas - que acontecia sem a participação direta das redações - leva a uma tarefa inerente à profissão de jornalista: a necessidade de sair e conversar com as fontes. Isso introduz o próximo tópico relacionado aos desafios de ser jornalista na China: a distância entre o português e o chinês e a consequente dificuldade de comunicação do repórter.

4.2.2 DE PT-BR PARA ZH-CN E AS FALHAS DE COMUNICAÇÃO

No caso da China, pela complexidade do idioma, a simples prática de se comunicar também configura como um desafio para os jornalistas brasileiros. Esse desafio, aliás, foi citado por todos os entrevistados, até mesmo por Igor (o único que consegue conduzir uma

entrevista, ainda que todos tenham conhecimento básico do mandarim). Cláudia conta que foi ao país sem saber absolutamente nada do idioma.

Quando eu cheguei, eu não falava nada de chinês. O meu chinês até hoje é ruim. Eu falo muito melhor do que eu falava, mas eu não tenho um nível de chinês para que eu possa conduzir uma entrevista. É muito difícil, é um limitador. (Cláudia Trevisan, 2024)

Da mesma forma que Cláudia, Gilberto também não fala fluentemente, conseguindo se comunicar apenas em situações banais do cotidiano:

Eu ainda não falo muito bem chinês. Eu sei me virar num restaurante, numa loja; pego um táxi, mas eu não sei fazer uma entrevista. O chinês é uma língua complicada, [...] que não é de letra. É uma língua de símbolo, de caracteres, que significam, por sua vez, ideias. [...] A lógica da língua não é a nossa lógica de língua escrita. É uma língua muito complicada de você aprender. Eu cheguei a estudar, obviamente, mas, como não eu pratico, esqueci muito. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Para ilustrar a dificuldade do idioma, os entrevistados traçaram comparações com o inglês, muito mais fácil de aprender pela estrutura próxima do português, quando comparado à língua pictográfica. Tais comparações ajudam a explicar, em princípio, as razões pelas quais se tem menos correspondentes na China do que em Washington, por exemplo.

Pensar em inglês é muito fácil, é só você se acostumar com a lógica da língua. E, como é palavra, a gente consegue se acostumar. No chinês, no japonês ou no tailandês, como são ideogramas, é mais complicado. Você tem que pensar a lógica do ideograma. E são muitos ideogramas. São uns 30 mil, 33 mil ideogramas. No geral, você é considerado alfabetizado se você domina 3 mil ideogramas. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Igor (que, dos entrevistados, possui o mandarim mais avançado), corrobora o argumento de Gilberto, de que se trata de um idioma com alto grau de dificuldade para os brasileiros. De acordo com ele, o mandarim pode ser considerada “uma língua muito desafiadora, que tem um método de construção frasal muito distinto do nosso, de uma língua latina. É uma ginástica mental o tempo todo” (Igor Patrick, 2024). Na visão do jornalista, no entanto, todo profissional que almeja viajar à China a trabalho deveria se dedicar a aprender o idioma, apesar da dificuldade.

É uma língua muito interessante de estudar, mas um compromisso para a vida toda. Quem quer ser jornalista tem que ter o mínimo de fluência para ser capaz de conversar com as pessoas, mas tô bem longe. Inclusive, voltei de uma viagem pra Hong Kong, Taiwan e Macau há uma semana e percebi que meu mandarim está bem

enferrujado. Tenho que voltar a estudar. [...] Para ler e escrever, não tem atalho. É repetição, é pegar um caractere e escrever duzentas vezes até aquilo ali estar dentro da tua cabeça. É uma língua muito de bloquinho em bloquinho. Não é igual inglês, espanhol ou italiano, línguas que, pelo contato frequente que a gente tem, meio que pega por osmose. Você tem que realmente se sentar e estudar. (Igor Patrick, 2024)

Além da dificuldade do idioma em si, Igor também cita questões de geopolítica para explicar a falta de conhecimento – e, sobretudo, de interesse – de brasileiros em relação ao idioma.

Tem a questão maior, do próprio soft power da China. A gente não tem tanto acesso a produtos culturais da China. O contato que a gente tem com o mandarim é muito pequeno, a menos que você busque isso. Tem filme americano no cinema o tempo inteiro. Se você quiser, você encontra com alguma facilidade filmes em línguas europeias. Mas, da China, não tanto assim. (Igor Patrick, 2024)

O jornalista alega ser possível “colocar em uma mão os jornalistas que conseguem se comunicar em mandarim, de fato” no Brasil e vai ao encontro da fala de Cláudia: o conhecimento escasso da língua é um limitador para os profissionais que atuam no país. Segundo ele, não somente pelo impedimento que isso gera de contato direto com as pessoas, sem a necessidade de intérpretes. mas, também, pelas falhas de comunicação que o desconhecimento do idioma (e da cultura do país, no geral) pode acarretar, interferindo, inclusive, na compreensão da cultural e da sociedade chinesa como um todo. Como exemplo disso, o jornalista cita o discurso de Xi Jinping no Centenário do Partido Comunista da China, ocorrido em 2021.

Nesse discurso, o Xi Jinping falava coisas muito duras. Tem um trecho, por exemplo, que virou manchete no mundo todo sobre o Xi Jinping falando que qualquer pessoa que “ousar nos desafiar terá o crânio esmagado e o sangue verterá pela grande muralha da China”, uma coisa assim. O pessoal falou “meu Deus, que coisa agressiva”. Só que, se você soubesse falar mandarim, você entenderia que é uma referência de um romance clássico da China, chamado Viagem ao Oeste. É a fala do Sun Wukong, o rei macaco na obra, na hora em que ele encontra com o Goa. Enfim, demanda essa referência, demanda um contexto de confucionismo etc. Falar o idioma é muito importante nesse sentido. (Igor Patrick, 2024)

Para superar essa barreira, os correspondentes brasileiros do início do século acabavam por contratar intérpretes ou tradutores, que os acompanham nas entrevistas. Apesar das limitações supracitadas, essa acabava sendo uma solução comum entre aqueles que não possuem fluência no idioma. Era o caso tanto de Cláudia quanto de Gilberto.

Eu tinha uma assistente, que era a minha intérprete, e eu dependia muito dela. Para sair para fazer entrevistas na rua ou marcar uma entrevista com alguém que não falasse inglês, eu dependia da minha assistente. Ela sempre tinha que estar comigo. Houve casos em que até a assistente tinha dificuldade de entender, porque você tem províncias da China que falam dialetos locais. Eu lembro de a gente viajar para a zona rural, ela estar entrevistando alguém e ter aquele momento em que ela não entende o que a pessoa está falando. A maneira deles descobrirem é a escrita. A escrita é uma coisa que a gente tem que entender. (Trevisan, 2024)

O contato de Gilberto com o seu tradutor aconteceu da mesma maneira que sua viagem à China: de forma imprevista, quase aleatória.

Eu conheci o meu tradutor, que devia ter uns 24 anos, trabalhando como caixa do Carrefour. Ele falava inglês super bem. Eu estava fazendo compras e ele estava no caixa, eu fui passar as compras e ele começou a puxar assunto. [...] Ele perguntou “você faz o quê?” e eu falei que era jornalista, correspondente estrangeiro. Ele: “ah, jornalista. Nossa, deve ser uma profissão muito interessante. Você precisa de tradutor?”. Eu falei: “claro que eu preciso de tradutor. Por quê? Você está interessado?”. Ele disse que sim. Eu falei “quanto você ganha aqui?” e ele ganhava uma merreca, uns 50 dólares. Eu falei: “você ganha 50 dólares? O que você acha de ganhar 300 dólares comigo?”. Ele pediu demissão no dia seguinte e foi trabalhar comigo. A família dele, uma semana depois, fez um jantar em minha homenagem, porque ele passou a ser a renda da casa com 300 dólares por mês. Imagina. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Embora seja a solução mais comumente adotada pelos correspondentes que trabalharam no país, a dependência de tradutores restringe o trabalho do jornalista e pode gerar distorções na comunicação. É o que aponta Gilberto quando lembra de uma entrevista que conduziu com uma acadêmica. O assunto era a política do filho único na China:

Tem um telefone sem fio ali. Você fala para ele, ele fala para ela, ela fala para ele, ele fala para você. Essa triangulação da conversa também é uma dificuldade jornalística porque alguma coisa se perde. Quando ele passa para ela, alguma coisa se perde. Quando ele passa para mim, também. Nesse movimento de comunicação emissor, canal, receptor, receptor, emissor, canal, canal, receptor... É a teoria da comunicação clássica. Coisas se perdem, ruídos se formam. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Igor nos lembra de outra questão envolvendo a contratação de tradutores: eles precisam estar registrados, não podendo ser freelancers – o que aumenta ainda mais os custos para os veículos.

Se você enviar alguém para lá sem falar mandarim, você vai ter que contratar um tradutor. E o tradutor não pode ser freelancer, ele tem que ser contratado oficialmente pelo teu veículo. Tem que ter um contrato, isso aumenta os custos. (Igor Patrick, 2024)

Apesar desses desafios, as coisas parecem estar mudando com o advento e aprimoramento das tecnologias. Se, no início dos anos 2000, quando Cláudia e Gilberto estiveram no país, era preciso ter um tradutor em toda entrevista, hoje não é mais assim. Nelson de Sá conta que, em alguns casos, os aplicativos cumprem essa função hoje. Além disso, também há mais chineses falando inglês hoje em dia do que se tinha duas décadas atrás.

Não tive problemas para entrevistar chineses na rua, no cotidiano. São abertos e muitos falam inglês. Mesmo quando não falam, os aplicativos de tradução simultânea ajudam a fazer entrevistas básicas. (Nelson de Sá, 2024)

Nelson traz, em sua fala, a facilidade dos jornalistas para conversar com chineses nas ruas. Chega-se, com isso, a outro desafio relatado pelos correspondentes: o acesso às fontes, especialmente oficiais e especializadas.

4.2.3 POLÍTICA, ACESSO A FONTES E INTIMIDAÇÃO

Também foram relatados, pelos quatro entrevistados, desafios de ordem política, relacionados a burocracias internas da hierarquia do poder, pode-se dizer. Isto é: dificuldade de acesso a fontes oficiais, dificuldade para conseguir declarações ou entrevistas com autoridades, falta de objetividade e transparência das assessorias, intimidação por parte das autoridades e, em alguns casos, até detenção. A dificuldade de obtenção de declarações oficiais foi um desafio comentado por todos.

[...] o acesso a autoridades é difícil, não é fácil. Nos Estados Unidos, também não é fácil, mas você consegue. Tem uma cultura maior de você conseguir informação se ligar no ministério e falar “eu preciso de dados sobre isso”, tem uma cultura de fornecimento desses dados. A China ainda está se desenvolvendo nesse aspecto, mas é mais difícil você ligar no ministério. Nos Estados Unidos, todo ministério tem um porta-voz. Você liga, você fala, você pergunta, você diz a informação que você quer acessar. (Cláudia Trevisan, 2024)

Além do problema para obter informações junto a órgãos governamentais, o acesso a fontes especializadas também é dificultado na realidade chinesa. De acordo com Gilberto:

Tem uma dificuldade de ordem prática, envolvendo a CASS, essa Academia de Ciências Sociais: é muito difícil você ouvir especialistas chineses sobre questões de sociedade na China. Coisas como sociologia, comunicação. Você não consegue discutir isso com acadêmicos chineses. A versão que vale é a versão do governo. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Nelson ratifica a opinião de Gilberto. Porém, há possibilidades de lidar com essa questão, na visão do jornalista.

O maior problema é o acesso a especialistas e acadêmicos, que enfrenta muitos obstáculos desde a pandemia, pelo que me contam. É preciso pedir autorização uma semana antes, sem certeza sequer de resposta. A agência Xinhua publicou um comentário cobrando que isso acabe, por enquanto sem efeito. Mas especialistas e acadêmicos se expressam regularmente em textos no WeChat, o que permite contornar o problema. (Nelson de Sá, 2024)

O correspondente da Folha de S. Paulo também afirma que, embora mais restrito que no Brasil, o acesso a autoridades chinesas existe, “tanto em quebra-queixo após algum evento quanto em almoços em off”.

Ainda que a maior dificuldade seja de acesso a fontes oficiais e especializadas, falar com cidadãos comuns, que não estão ligados a algum órgão governamental, também pode ser desafiador. Não tanto pela dificuldade de acesso, mas pela cultura do silêncio, de não falar sobre questões políticas e internas da China para jornalistas estrangeiros. Gilberto conta que, na sua experiência no país, as pessoas não costumavam “se abrir” muito, sendo bastante concisas em suas falas, especialmente quando o assunto em questão dizia respeito a algo ligado à política ou ao governo chinês.

Eu senti que os chineses falam menos do que poderiam quando eu estava perto, expressavam menos os seus sentimentos mais íntimos. Não que eu precisasse ouvir sobre a sexualidade de ninguém, mas o que eles pensam do governo, por exemplo, ninguém me contava. Ficava todo mundo no discurso oficial. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Como exemplo dessa situação, traz-se, novamente, a entrevista conduzida pelo correspondente com uma integrante da academia chinesa, cujo tema era a política do filho único:

Tinha muito esse cuidado com as palavras, no sentido de não parecer que era uma crítica ao governo. A entrevista foi tensa, muito tensa. Ela escolhia claramente cada palavra que falava porque percebia que a minha intenção era discutir não só os benefícios, mas também os problemas. Isso é uma matéria jornalística, correto? A gente tem que analisar tudo o que aconteceu com relação à política do filho único, mas ela não queria falar dos problemas; ela queria falar dos benefícios. Até porque ela estava vendendo aquilo como uma tecnologia e não como uma política de experimento social. Foi, talvez, a minha entrevista mais delicada no sentido de tentar costurar uma situação. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Esse cuidado encontra razão nas falas de Igor. De acordo com o jornalista, as embaixadas estão atentas a tudo o que se fala sobre o país na imprensa internacional, diariamente.

A embaixada da China faz um clipping diário do que está saindo na imprensa e manda para a sede de Pequim. Se eu escrevesse alguma coisa, eu sabia que, obviamente, o Ministério das Relações Exteriores estava sabendo o que eu estava escrevendo e, se eles quisessem me prejudicar (até porque, na época em que eu estava lá, não estava com o visto certo de jornalista), eles poderiam. (Igor Patrick, 2024)

A maneira como o trabalho dos jornalistas, sobretudo estrangeiros, é cerceado não é clara, no entanto. Ela acontece mais num aspecto subjetivo, da intimidação e da ameaça do que, de fato, de punições.

Você tem dificuldades na China às vezes. Aconteceu de chegar em uma vila rural, na casa de alguém, e logo depois chegar o secretário-geral do partido, sentar na mesa e querer saber por que você está ali. (Cláudia Trevisan, 2024)

Igor faz as mesmas observações:

O próprio sistema político é meio desencorajador com jornalistas estrangeiros. Existe uma série de barreiras para quem quer trabalhar como jornalista na China. Quando você finalmente trabalha como jornalista lá, você está sujeito a todo tipo de assédio oficial, governamental. Você não vai ter muito acesso à fonte, porque o governo é complicado em relação a isso. (Igor Patrick)

Ainda que o desencorajamento do trabalho jornalístico aconteça mais nesse espaço subjetivo, onde não há punição ou repressão expressa, não são raros os casos de detenção. Gilberto teve uma experiência nesse sentido, quando foi à província de Sichuan cobrir as consequências de um abalo sísmico:

No ano das Olimpíadas, teve um terremoto em Sichuan bem barra pesada. Eu senti em Pequim. Morava no 13º andar e meu prédio sacudiu, os quadros na parede começaram a balançar, eu fiquei enjoado. Quando eu olhei pela janela, estava todo mundo correndo do prédio. [...] Descobri que era em Sichuan e fui para lá. O jornal me mandou cobrir e, quando eu estava indo para o epicentro, a uns 30 km de Sichuan, a gente foi detido pela polícia local. Eles ficavam perguntando qual era o meu interesse lá. Eu falava que era jornalista, mas eles não tinham noção do que era ser jornalista. “O que um jornalista do Brasil está fazendo aqui em Sichuan?”. Eles não tinham a compreensão do que era aquilo, a dimensão do que era ser um jornalista do ponto de vista profissional, ou mesmo científico. Eu fiquei detido umas seis horas, eu e meu tradutor. Meu tradutor numa sala, eu na outra. Depois, nos colocaram juntos, porque eles não falavam inglês e eu não falava chinês a ponto de conseguir me expressar com alguma dignidade. [...] Eles só me soltaram depois de falar com o Ministério das Relações Exteriores. O Ministério disse que eu estava registrado (porque você precisa se registrar para trabalhar como jornalista) e eles me soltaram, mas não me autorizaram a ir na área do epicentro. Eu fiquei só rondando

no entorno do terremoto, indo nos lugares onde as vítimas estavam provisoriamente recolhidas porque perderam a casa, aquela coisa toda. Foi um exemplo típico de problemas jornalísticos na China para trabalhar com uma coisa que não era política, era um desastre natural, digamos assim. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Embora não tenha passado por situação semelhante à de Gilberto, Igor ouviu, de colegas, histórias parecidas, de perseguição a jornalistas no exercício da profissão. Esse cerco, no entanto, não acontecia diretamente, como mencionada previamente. Mas, sim, num contexto psicológico, de ameaças - visando, ao que parece, mais causar instabilidade emocional do que os punir, de fato:

A gente tem casos, por exemplo, de jornalista da Austrália que saiu fugido da China de helicóptero, uma coisa que parecia filme, porque eles ameaçaram prender a filha dele de 13 anos. A Vivian, que foi correspondente d'O Globo na China antes de eu começar a colaborar, me falou "eu fui para Guangzhou para entrevistar um oficial de imprensa de governo e o serviço de imprensa me pediu listas de perguntas em adiantado. Eu mandei porque, de fato, nenhum político na China dá entrevista se você não mandar as perguntas com antecedência. No meio da entrevista, por algum motivo, ele ficou puto com a minha pergunta e me expulsou. Quando eu cheguei no hotel, tinha um policial dizendo que eu precisava voltar para Pequim imediatamente pela minha própria segurança". Esse tipo de coisa acontece mesmo quando você está 100% regularizado. Está cada vez mais complicado. (Igor Patrick, 2024)

Para Igor, não há previsão de melhora do trabalho de jornalistas brasileiros na China. Pelo contrário: o jornalista acredita que a situação tende a se agravar, com o governo fechando, cada vez mais, as fronteiras para estes profissionais.

A China está cada vez mais fechada. O Xi Jinping já deixou claro que não gosta de imprensa livre e a tendência é essa mesmo: o Estado está metendo a mão e está descendo punho de ferro para acabar com qualquer tipo de jornalismo independente. Isso tem um impacto muito grande na forma como as pessoas percebem a China. (Igor Patrick, 2024)

Nesse sentido, as opiniões de Igor Patrick e Nelson de Sá divergem. Diferentemente de seu colega, de Sá acredita que a aproximação comercial entre o Brasil e a China pode estar melhorando a cobertura do país no noticiário brasileiro, com cada vez mais repórteres viajando ao país da Ásia.

Porém, a constante intimidação e a dificuldade de acesso a fontes levam correspondentes a buscarem, muitas vezes, vozes de fora do país, mesmo quando estão na China. Era a solução encontrada por Gilberto. O jornalista conta que, pela dificuldade de ter acesso a informações de órgãos oficiais chineses, acabava buscando instituições europeias ou estadunidenses.

Universidades americanas que estudavam a China, eu usava muito; universidades europeias. Mas aí é uma visão de fora da China, e não da China. O que é uma pena. Mas isso acontecia porque a China não queria falar, não se interessava em falar, não era um assunto que, para eles, era positivo. Era muito difícil nesse sentido. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Contrapondo os relatos de Igor e de Gilberto, Cláudia e Nelson relatam não terem passado por grandes dificuldades relacionadas a cerceamento e coerção no país quando no exercício da profissão. Em relação a questões de gênero, Cláudia frisa, inclusive, que a China está numa posição muito melhor que seus vizinhos Japão, Índia e Coreia do Sul, onde a mulher ainda ocupa um papel ainda muito tradicional (embora a China esteja tentando também retornar a esses valores por conta da preocupação com a baixa taxa de natalidade, de acordo com a jornalista):

Você tem mulheres super independentes, empreendedoras, executivas. Se você comparar com a posição da mulher no Japão, por exemplo, na China é de um grau de independência muito maior. Na questão da igualdade, no casamento também, a China tem problemas. Tem problemas na política doméstica, tem problema de sub-representação política das mulheres. Até o último congresso do partido, tinha uma mulher entre os 25 membros do Politburo. Hoje não tem nenhuma. Está tendo um certo retrocesso na questão da posição da mulher na sociedade chinesa por conta da preocupação com a natalidade. Está tendo uma redução de natalidade na China e há uma pressão para que a mulher tenha um papel mais tradicional de mãe, que vai cuidar da família. Mas isso não está refletindo em maior índice de natalidade. De maneira geral, não quer dizer que a posição da mulher na China seja perfeita, mas, se você comparar com a Índia, com o Japão e até mesmo com a Coreia... (Cláudia Trevisan, 2024)

A seguir, será retratado outro ponto de encontro no discurso dos entrevistados, que ajuda a explicar, talvez, a abordagem menos impositiva dos órgãos de controle em relação aos jornalistas brasileiros – a relação de amizade entre os dois países.

4.2.4 RELAÇÃO BRASIL-CHINA: PAÍSES AMIGOS

Expostos os principais desafios enfrentados por correspondentes estrangeiros do Brasil na China, expõe-se, agora, a visão de país amigo mantida pela China em relação ao Brasil – o país, afinal, é o maior destino comercial de importações do Brasil, para onde vão, aproximadamente, 70% da soja e 63% do minério de ferro produzidos aqui (InfoMoney, 2023). Essa substancial parceria econômica ajuda a explicar, na visão dos entrevistados, uma certa tolerância das autoridades chinesas para com jornalistas brasileiros.

Pelo fato de eu escrever em português e ser correspondente do Brasil, me deixava menos visada do que os correspondentes dos grandes jornais americanos e europeus. E também o fato de trabalhar num jornal, imprensa escrita, e não na televisão, que chama mais atenção. No período em que eu estive lá, não tive nenhuma experiência de não conseguir fazer uma matéria. Você tem dificuldades, às vezes tem uma tentativa de intimidação. Muitas vezes, até de pessoas locais que você não sabe direito quem são. Mas eu nunca tive dificuldade. (Cláudia Trevisa, 2024)

Gilberto também tem a percepção de que a relação amistosa entre os dois países talvez seja responsável por não ter enfrentado maiores problemas em território chinês. O autor reconhece que, se fosse japonês ou americano, talvez não tivesse gozado de liberdade para escrever. Ele também cita a posição do presidente Lula, que sempre nutriu simpatia pelo país asiático:

Uma coisa interessante e que facilitou a minha vida como um todo é que a China, por conta dessa investida do Lula com o país e essa ideia de fazer uma diplomacia sul-sul (ainda que a China não seja no hemisfério sul), considera o Brasil como um país amigo. Foi difícil, mas não foi tão difícil como seria para um japonês ou para um americano conseguir o visto. [...] Não foi tão difícil ter acesso a fontes que americanos e japoneses não tinham como jornalistas. Como eu era considerado de um país amigo, eu tinha muito acesso à, por exemplo, Chinese Academy of Social Science, que é a Academia Chinesa de Ciências Sociais, o único organismo de governo que reúne as ciências humanas e ciências sociais aplicadas, como a comunicação. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Essa percepção é acompanhada por Igor Patrick, que lembra a relação hostil que há entre China, Estados Unidos e outros países da Europa.

A China tem um relacionamento bastante contencioso com a Europa e com os Estados Unidos há muito tempo, há séculos. Quando a China entrou em contato com esses povos, desde o início, nunca foi uma relação pacífica. A China foi invadida, retalhada e humilhada durante décadas. Por conta disso, já existe uma animosidade com esses países que não existe com a gente. A China ainda não é uma ameaça geopolítica para o Brasil. Pode ser que, no futuro, seja; no momento, não é. (Igor Patrick, 2024)

Finalizadas as questões que tornam difícil o trabalho dos jornalistas na China, partisse-á para as questões práticas da profissão, a começar pela busca por pautas.

4.3 BUSCA POR PAUTAS

Uma qualidade de se exercer a profissão num país tão distante é, como supracitado, a independência do jornalista em relação às decisões firmadas dentro das redações. Os profissionais têm, nesse sentido, bastante autonomia para escolher as pautas. E essa escolha

vem, de acordo com os entrevistados, principalmente da observação que se faz do país onde se está. Retomando o argumento de Utzeri (1989), o correspondente precisa ter sensibilidade.

Eu não me furtava em ficar em casa esperando as coisas acontecerem e vendo televisão. Eu ia para a rua mesmo, eu ia frequentar os lugares. Eu li num lugar que determinado bar afrodisíaco servia pênis de animais. Eu me lembro disso, fiz uma matéria sobre. O título era muito bom: o empório dos sentidos. Esse lugar servia sete tipos de pênis que, pela medicina tradicional chinesa, acreditava-se que eram afrodisíacos. Tanta fundamentação científica quanto ivermectina para a Covid. [...] Eu fiz uma matéria contando essa história, porque isso é uma coisa que você não vê no ocidente de um modo geral. É uma coisa muito escabrosa, muito fora da curva. Eu emplacava muita matéria porque era um país muito desconhecido. As pessoas tinham uma ideia muito limitada. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Como tudo era novidade e muito diferente aos olhares brasileiros, Gilberto declara não ter tido dificuldade de ter seus textos publicados em diferentes editorias. Tudo era pauta, de acordo com ele.

Acontecia muita coisa, era um país muito diferente. Tudo era matéria na época. Eu me lembro que eu consegui emplacar matéria no segundo caderno, na Economia, na Política, na Internacional, na Cultura... Era uma coisa tão fora da casinha que eu consegui emplacar matéria em todas as editorias. E como eu fervia muito, saía muito lá, eu queria conhecer tudo, eu queria entender tudo. Eu não me furtava em ficar em casa esperando as coisas acontecerem e vendo televisão. Eu ia para a rua mesmo, eu ia frequentar os lugares... (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Cláudia também cita a leitura como uma prática crucial na busca por assuntos relevantes. Ela conta que lia os jornais em inglês do país, tanto da China continental quanto de Hong Kong. Na visão dela, mesmo os jornais alinhados ao governo precisavam ser lidos, uma vez que eram ótimos para “tirar o termômetro do que o governo está pensando, quais são as preocupações e as prioridades”. Ela declara ter conseguido redigir boas matérias partindo dessas leituras.

As suas pautas vão surgir da sua leitura, do que você está vendo, do que está sendo noticiado, das suas fontes, das pessoas com quem você conversa. E você tem uma diversidade de informação. [...] Muitas vezes, questões que saiam na imprensa oficial, preocupações do governo, me davam muitas ideias de pauta. Por exemplo, a questão da perda de área agricultável da China. A China se preocupou muito porque eles têm quase 20% da população mundial. E tem uma fatia de terra agricultável do mundo muito menor do que essa, e também de acesso a água. Lendo isso, eu fui fazer uma pauta muito legal, sobre o processo de desertificação que a China estava vivendo. Eles fizeram um esforço enorme para tentar conter isso plantando árvores perto do deserto de Gobi. Eu fui a uma área rural perto do deserto de Gobi conversar com os camponeses, ver as dificuldades que eles tinham com a desertificação, com acesso a água. Eram preocupações do próprio governo. A questão da poluição, que eu também fiz matéria. Sobre poluição de terras agrícolas. Viajei para o interior.

Eram coisas que eu lia porque nos próprios discursos oficiais, isso aparecia como uma preocupação. (Cláudia Trevisan, 2024)

O mesmo acontece com Nelson hoje: é de matérias que lê em outros veículos de onde ele tira a maior parte das pautas.

Até o final do ano, eu fazia uma coluna para a Folha, Toda Mídia, em que já acompanhava diariamente o noticiário (Global Times, Guancha, SCMP, Caixin) e as plataformas (WeChat, Weibo) na China. É de onde tiro a maior parte das pautas, além das conversas regulares com fontes que já fiz aqui, tanto brasileiras como chinesas. (Nelson de Sá, 2024)

Mencionada por Gilberto, a prática de não se contentar em ficar em casa esperando os assuntos surgirem também aparece no discurso de Igor: ele conta que saía tanto para conversar com pessoas aleatórias na rua quanto com colegas de profissão.

É muito conveniente, sobretudo quando você ainda não domina o idioma, estar constantemente exposto a pessoas que não falam inglês e que chinês é a única língua. É cansativo no início, você sair e voltar para casa depois de falar chinês o dia todo. Minha cabeça ficava até doendo. [...], mas eu fazia esse esforço pelo menos uma vez por semana. Gostava de entrar no metrô e parar nos hutongs aleatórios, sair só para conversar com a galera. Uma das coisas que eu mais sinto falta da China é isso, de conversar com as pessoas na rua. Também tinha muito evento oficial, eu ia muito nos eventos do Clube de Correspondentes Estrangeiros, era uma forma de sentir a temperatura e trocar com colegas sobre a forma como eles estavam fazendo as coisas. (Patrick, 2024)

O próximo tópico deste capítulo tem a finalidade de abordar os passos necessários para se estabelecer como jornalista no país, como a obtenção de visto, por exemplo. Para se discutir o grau de dificuldade do processo, traçou-se um comparativo com outros países, especialmente com os Estados Unidos, onde todos os entrevistados também atuaram como correspondentes.

4.4 ESTABELECENDO-SE NO PAÍS

Quanto às questões burocráticas para se firmar como jornalista na China, os correspondentes afirmam não ter enfrentado grandes dificuldades. O processo, eles reiteram, é burocrático e invasivo em algumas questões, mas não se difere em relação ao de outros países, especialmente o dos Estados Unidos.

Você não tem só que ter o visto de jornalista, você tem que ir ao Ministério e você recebe uma autorização do governo da China para trabalhar como jornalista no país. E recebe um crachazinho que eu carregava para tudo quanto era lugar, para mostrar

quem eu era, que eu era um jornalista, que eu era credenciado, que eu era autorizado pelo governo. (Scofield, 2024)

O único “problema” observado por Cláudia se refere à validade do visto, que tinha, à época, prazo de um ano, exigindo frequentes viagens ao Brasil para renovação.

Você precisa de uma carta do jornal dizendo que você vai. Acho que tem que apresentar o contrato de trabalho que você tem com o jornal. Quando eu cheguei, o visto tinha validade de um ano. Isso significava que, todo ano, eu tinha que voltar ao Brasil para renovar o meu visto. Você recebia uma credencial de jornalista. Quando eu cheguei lá, tinha que ir ao Ministério das Relações Exteriores para conseguir a credencial. (Cláudia Trevisan, 2024)

A burocracia existente no país asiático, porém, é semelhante aos praticados em outros lugares do mundo, de acordo com Cláudia. Nos Estados Unidos, onde a jornalista também atuou como correspondente, a credencial, embora não seja obrigatória, também é recomendada.

[...] não é muito diferente, por exemplo, dos Estados Unidos. A diferença é que, nos Estados Unidos, talvez eu tivesse mais liberdade para trabalhar sem a credencial. Mas, quando eu fui correspondente em Washington, eu também fiz porque a credencial te ajuda a ter acesso a coisas. Se quiser ir à Casa Branca, fazer briefing de imprensa, você apresenta a sua credencial de jornalista. O processo ali, de conseguir a credencial, não era muito diferente dos Estados Unidos. Mas, nos Estados Unidos, era o National Press Club. Na China, era o Ministério das Relações Exteriores. (Cláudia Trevisan, 2024)

Para Nelson, o processo foi bastante rápido e prático, sem grandes impasses.

O visto de jornalista saiu rapidamente, com apoio do consulado chinês em SP e da embaixada em Brasília. Aqui, o ministério chinês do exterior ajudou no processo de obtenção do visto de residente, que demorou um mês, com várias etapas. (Nelson de Sá, 2024)

Indo na contramão do que diz Nelson, Gilberto destaca a natureza “invasiva” do processo para obtenção do documento, que, segundo ele, exigiu até a realização de exames:

É burocrático conseguir o visto. Eu tive que entregar um milhão de documentos, tive que fazer exame de sangue. É invasivo o negócio. Eu fiz exame de doença sexualmente transmissível, HIV... Se você tiver algum problema desses (HIV, sífilis, não sei o quê), não entrava na China. É uma coisa bem invasiva. (Gilberto Scofield, 2024)

Porém, assim como Nelson, Gilberto contou com o apoio da Embaixada do Brasil na China, que tornou o processo menos desafiador e o auxiliou até em aspectos práticos de

moradia, oferecendo informações inclusive sobre a melhor localização para se estabelecer na capital Pequim.

Eu entrei em contato com a Embaixada (se não me engano, na época, o embaixador era o Ouro Preto, pai do Dinho do Capital Inicial) e o embaixador me ajudou muito na coisa de arrumar um apartamento, de me localizar na cidade, sobre onde deveria estar do ponto de vista de estar perto das coisas, de estar perto do metrô. [...] Porque o engarrafamento em Pequim é igual aqui no Rio de Janeiro: você leva uma hora e meia para ir daqui até ali. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Frisa-se, portanto, que há auxílio por parte das embaixadas, tanto do Brasil quanto da China, a jornalistas que queiram se firmar em território chinês, a despeito dos desafios enfrentados por eles no exercício da profissão no país. Expressos tais fatos, parte-se para o último tópico deste capítulo, cujo tema é a disputa de narrativas entre a China e o ocidente, assim como a cobertura deficitária de China nos veículos jornalísticos do Brasil.

4.5 DISPUTA DE NARRATIVAS E A COBERTURA DE CHINA NO BRASIL

Todos os entrevistados, quando questionados sobre a competência da cobertura de China no noticiário brasileiro, apresentaram a mesma resposta: não é suficiente, falta muita coisa e é afetada pelos discursos dos Estados Unidos e da Europa, que apresentam a China de forma hostil, como uma nação inimiga.

Quando você vê sobre China de forma séria, é sempre com um viés do norte global: sempre a China como ameaça, como perigo; Xi Jinping como grande ditador. E não tô dizendo que nenhuma dessas coisas é mentira, não. Na grande maioria das vezes, é real. A China é, de fato, uma ditadura, Xi Jinping é um ditador e a China é, até certa medida, uma ameaça para os países do norte, mas isso não conta a história toda. Como país do sul global, a nossa agenda com a China é completamente diferente da agenda dos Estados Unidos e da agenda da Europa, por exemplo. Se você não tem grana ou não tá disposto a investir em conteúdo original sobre China, a tendência é reproduzir o que as agências de notícias e veículos estrangeiros reproduzem. (Igor Patrick, 2024)

Para Nelson, o simples fato de reproduzir notícias de agências - ainda que, diretamente, não se faça nenhum juízo de valor sobre elas - já faz com que a cobertura pese para um lado, visto que, como trazido por Oliveira (1998), a maioria das agências tem origem em países ricos, com interesses em comum.

Em narrativa e pautas, [a cobertura de China no Brasil] é vinculada às agências ocidentais, sobretudo Reuters. Há quatro anos, no início da pandemia, um repórter da BBC, via solicitação de liberação de documentos oficiais, noticiou que a cobertura de América Latina e Oriente Médio da agência havia sido financiada pelo governo britânico nos anos 1960 e 70. Isso acabou com uma ilusão sobre a Reuters, vista até então, pela minha geração, como referência em neutralidade. (Nelson de Sá, 2024)

Gilberto relata que, por estar cada vez mais raro ver notícias sobre a China na imprensa do Brasil, acaba recorrendo a veículos estrangeiros, principalmente para ler matérias relacionadas a Inteligência Artificial e tecnologia – discussões lideradas, em grande parte, pela China hoje em dia.

A China meio que morreu no noticiário do Brasil. Não sei se ficou caro, se não tem gente para cobrir... Porque ela continua sendo a mesma China de sempre. Ela já é a segunda maior economia do mundo. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

A “morte” da China para o jornalismo brasileiro também é observada por Cláudia, que cita a mesma dependência das agências de notícias supracitada por Nelson.

A cobertura que a gente tem de China hoje é uma cobertura que depende das agências internacionais. São, principalmente, agências internacionais americanas e europeias. Essa cobertura acaba sendo contaminada pela questão geopolítica. Hoje você tem, nos Estados Unidos, uma narrativa que é muito hostil à China e isso acaba nos afetando. Você tem muitos jornalistas americanos fazendo a cobertura da China fora da China - ou em Taiwan, ou em Hong Kong - por dificuldades de obtenção de vistos para estar na China. [...] A cobertura no Brasil é uma cobertura dependente dessas agências internacionais que, muitas vezes, têm uma visão influenciada. É homem é a sua circunstância: se você está nos Estados Unidos, com toda uma narrativa que apresenta a China como um adversário, é difícil você conseguir ter uma visão positiva. E a China também perde ao restringir a entrada de jornalistas americanos. A China também perde a possibilidade de expor esses jornalistas aos seus pontos de vista e à sua realidade. (Cláudia Trevisan, 2024)

Igor tem a mesma opinião de Cláudia: segundo ele, as dificuldades que a China impõe aos jornalistas fazem com que a visão do mundo sobre o país seja ainda mais agressiva, já que os correspondentes acabam se deslocando para territórios tidos como “adversários”, a exemplo de Taiwan.

Você está proibindo as pessoas de reportarem sobre você, não deixa ninguém vir para cá, a tendência é aumentar essa dificuldade que as pessoas têm de entender o que você fala e aumentar esse gap de percepção da China. E a resposta que muitos jornais, TVs e revistas tiveram foi deslocar os correspondentes para Taiwan e para a Coreia do Sul. Se você for cobrir a China da perspectiva de alguém que mora em Taiwan, a sua visão sobre China vai ser completamente distorcida. Eu nunca tinha ido para Taiwan até semana retrasada e a percepção de China em Taiwan é

completamente diferente. Você acaba dando também uma importância para Taiwan que é muito maior do que Taiwan merece. (Igor Patrick, 2024)

A fala de Igor também corrobora o argumento de Cláudia no sentido de reconhecer que as pessoas são influenciadas, de forma ou de outra, pelo ambiente onde estão e as opiniões ou narrativas que as cercam. Ele admite que, após se mudar para os Estados Unidos, a própria visão sobre a China sofreu mudanças, alterando a maneira como escreve sobre o país. Ele conta que o editor da Folha, Daigo de Oliveira, chegou a comentar sobre ele estar “mais crítico” após a mudança de endereço.

Washington funciona muito como uma câmara de eco: você vai em um evento, você ouve a mesma coisa e, às vezes, as pessoas que têm opiniões distintas não ousam falar porque elas sabem que contradizer aquela narrativa vai prejudicar a carreira política delas. Então você vai naquele ambiente em que diversas pessoas estão repetindo a mesma coisa, mas, às vezes, é muito fácil perder a objetividade e, quando você escalona isso para agências de notícias (que têm um impacto global, uma audiência global), é muito maior. É por isso que, toda vez que eu vou fazer matéria sobre China, tento dosar, sobretudo para o Brasil. Eu sempre tento entrevistar um professor chinês junto com um acadêmico brasileiro e assim mesclar com o que a gente já está recebendo, para trazer nuances. Nem sempre é possível, é muito difícil mesmo e a tendência é piorar, infelizmente. (Igor Patrick, 2024)

Apesar de sempre buscar essas nuances e tentar mostrar o lado chinês dos eventos, o jornalista admite que, em termos gerais, exercer a profissão nos Estados Unidos é, de fato, mais fácil do que no país asiático.

Nem se compara o clima para trabalhar aqui nos Estados Unidos com o da China. Aqui eu posso ser jornalista, de fato. Não tenho medo de sentar na cadeira e escrever o que eu quiser. Posso escrever uma matéria aqui chamando o Biden das coisas mais inomináveis possíveis e nada vai acontecer comigo. Vai eu tentar fazer isso na China pra ver o que acontece. É aquela coisa: uma coluna negativa ou um presente misterioso? (Igor Patrick, 2024)

Gilberto, que seguiu caminho parecido – também foi ser correspondente nos EUA após deixar Pequim -, concorda sobre a maior facilidade de ser jornalista no país da América do Norte, em comparação com a China. Porém, ele frisa que, tanto nos EUA quanto na China, não há diferença quanto à função do jornalista em si.

[...] na essência do fazer jornalístico não tinha nenhuma diferença. O fazer jornalístico, a ideia do que é uma reportagem e a noticiabilidade de alguma coisa não muda porque eu mudei de país. Ela continua sendo algo que é inusitado, que é novo, que é diferente, que tem algum interesse público. Os padrões do que é uma notícia

não muda, continua sendo a mesma coisa. O que é difícil é o acesso às fontes, que era muito ruim na China. Falar com a população chinesa era relativamente fácil, falar com as autoridades era mais difícil. (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Na visão de Gilberto, as motivações que levam a essa realidade, de escassez de cobertura de China no Brasil, advém de três fatores principais: (1) o fato de a China ter deixado de ser uma novidade; (2) a crise do modelo de negócio do jornalismo; e (3) a pulverização da informação propiciada pelo advento das redes sociais.

Primeiro, a China deixou de ser aquela novidade emergente que ela era na primeira década da virada do século. As pessoas já conhecem melhor a China. Antes ela era uma ilustre desconhecida e hoje as pessoas já conhecem ela melhor. E, segundo, porque eu acho que a crise do jornalismo afetou isso aqui no Brasil. Você não tem correspondente em Washington, que é a capital mais importante do planeta, onde as decisões planetárias são tomadas. Como é que você espera ter correspondente na China? Acho que ela saiu do radar e, ao mesmo tempo, os jornais não têm dinheiro para manter isso, essa estrutura de correspondentes estrangeiros. Eu acho que essa conjunção. E tem um terceiro: a informação se vulgarizou com o fenômeno da emergência das redes sociais, que também é um fenômeno da primeira década do milênio. As pessoas passaram a se informar nas redes sociais. Então, se você está numa situação financeira ruim do ponto de vista do jornal e se as pessoas estão consumindo China na internet, você pega um serviço de uma agência que já assina. Você assina, sei lá, Reuters. Você pega matéria da China da Reuters e publica. Paciência. É um dinheiro só que você gasta. Tem aí três coisas: a crise do modelo jornalístico, de negócio; o desinteresse geral pela China como novidade (o que eu acho meio contraditório, com o peso que ela tem hoje no mundo; e o fato de que as pessoas preferem se informar pelas redes sociais do que se informar por veículos jornalísticos. Isso é um problema sério do jornalismo hoje: como você resgata os leitores? (Gilberto Scofield Jr., 2024)

Cláudia também cita a falta de correspondentes estrangeiros. Para ela, no entanto, não é questão financeira, mas de interesse:

Hoje são pouquíssimos veículos que têm correspondentes, ainda, no exterior. Quando eu saí da China, eu fui correspondente em Washington. E, quando eu saí de lá, o Valor Econômico, que tinha um correspondente lá, deixou de ter; o O Globo, que tinha correspondente lá, deixou de ter. O mesmo ocorre na Europa e em Buenos Aires. O número de veículos que têm correspondente em Buenos Aires diminuiu. Eu fui correspondente em Buenos Aires de 2000 a 2002. Quando eu estava lá, todos os grandes veículos tinham correspondente na cidade. Hoje não são todos. Por isso, a gente acaba tendo uma cobertura em relação à China muito contaminada pela tensão geopolítica. [...] Sobre a questão de manter alguém lá, não é mais caro manter alguém na China do que manter alguém em Nova York ou em Washington. A China ficou muito mais cara do que quando eu morei lá. Quando eu saí de lá em 2013, ela já estava bem mais cara do que quando eu cheguei em 2004. Mas ela não é mais cara do que Paris, do que Londres, do que Nova York. Dá para manter um correspondente na China, é uma questão de prioridades dos jornais brasileiros e do próprio leitor brasileiro também. A China é, de longe, o maior parceiro comercial do Brasil, é um investidor cada vez mais importante no Brasil. A relação entre os países está cada vez mais densa, mas, culturalmente, a gente está muito mais ligado aos Estados Unidos e à Europa, então os jornais fazem um cálculo ali: tem muito mais brasileiros indo para Nova York do que brasileiros indo para Pequim ou Xangai,

mais brasileiros indo para a Europa do que Pequim ou Xangai. A nossa cultura é muito ligada a esses lugares, a gente assiste Netflix, assiste ao Prime, assiste filme europeu. As nossas referências são muito ocidentais, então acho que isso também pesa. Mas, do ponto de vista econômico, a China hoje tem um peso enorme para o Brasil. (Cláudia Trevisan, 2024)

A jornalista também cita outro fator, mencionado por Igor: a disputa geopolítica do país com os Estados Unidos e a dificuldade de jornalistas estrangeiros, no geral, obterem o visto, também lembrado por seus colegas.

Tem a questão da imprensa americana, onde você tem um número grande de jornalistas que não estão na China. Isso está no contexto da disputa geopolítica entre os dois países: os jornalistas não estão conseguindo visto para entrar na China. Do ponto de vista da China, é um erro. Eles têm uma história de sucesso para contar. [...] A China tem uma história positiva, mas, ao evitar que os jornalistas americanos estejam lá, eles acabam não expondo esses jornalistas a essa narrativa. E aí vem, óbvio, coisas negativas que a China também tem, sobre as quais os jornalistas também vão escrever. Eles vão escrever sobre elas estando na China ou não. (Cláudia Trevisan, 2024)

Apesar das dificuldades, Igor reconhece que, aos poucos, a imprensa brasileira está dando a devida atenção para a China. O jornalista argumenta que, desde a pandemia de covid-19, a cobertura do país aumentou significativamente no Brasil, pois “os veículos brasileiros entenderam que não era mais uma questão de nicho”, mas um tema que impacta tanto na política internacional quanto na política doméstica.

Contudo, a imagem estereotipada e preconceituosa em relação ao país, apresentada primeira por Pinheiro-Machado (2013), ainda é uma realidade a ser combatida, ainda que em menor grau do que já foi.

Uma coisa que está mudando é que, durante muito tempo, matérias sobre a China em veículos só emplacavam se fosse algo bizarro. A imprensa tinha como padrão enxergar a China como um lugar esquisito, exótico. Quando você queria falar sobre algo mais sério, geralmente o editor sempre vinha e falava “isso não interessa a audiência brasileira”. Isso ainda existe na televisão. Você pode olhar, por exemplo, que a Globonews faz muito isso, infelizmente. Recorre muito a material de agência e, quando faz alguma coisa original, é sempre no sentido do pitoresco, do bizarro, do diferente. Isso não contribui nem um pouco para a forma como as pessoas percebem a China. (Igor Patrick, 2024)

Indo de encontro a fala de Igor, Trevisan destaca que a China não deve ser observada somente pela ótica do estranho. Na visão da autora, o país pode ser visto como um caso de sucesso em variados aspectos, embora também tenha problemas. Afinal, a nação era, há duas décadas, a sexta maior economia do mundo; hoje é a segunda, atrás apenas dos Estados Unidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de entrevistas e posterior análise dos relatos, o presente trabalho buscou expor as circunstâncias que envolvem o exercício da função de correspondente internacional, especialmente do Brasil, na China. Para que fosse possível falar da experiência dos jornalistas no país de forma abrangente, foram abraçados desde os desafios enfrentados até as práticas e rotinas adotadas por esses profissionais, de forma geral. A observação e análise dos relatos permitiu revelar, ainda que brevemente, a complexa dicotomia vivida pelo segundo maior país do mundo - que, ao mesmo tempo em que se moderniza, preza pelas tradições e busca resgatar valores antigos; que deseja projetar uma imagem de sucesso para o mundo, mas se fecha cada vez mais para jornalistas, impossibilitando que suas histórias (e sua gente, sua cultura) sejam vistas, ouvidas e contadas para o resto do mundo.

No contexto da atividade jornalística, evidenciou-se a existência de inúmeros desafios enfrentados pelos profissionais que se aventuram a exercer a profissão a 18 mil quilômetros de distância de casa. Estes obstáculos são variados e multifacetados, possuindo naturezas diversas. Observou-se, por exemplo, que a diferença de fuso horário, uma questão elementar de geografia, pode acarretar numa complexificação da prática jornalística, dado que, por estarem cerca de 11 horas à frente em relação do horário de Brasília, os jornalistas que trabalham na China para veículos do Brasil não podem contar com o apoio da redação e de seus colegas, tendo, por isso, que tomar todas as decisões de forma unilateral e escolher as pautas por conta própria, sem debatê-las nem sequer com seus editores.

Enquanto a questão do fuso horário desafia os profissionais da comunicação no momento em que dá total autonomia e liberdade a eles, a dificuldade do idioma as toma de volta: por conta de sua sintaxe e estrutura profundamente distintas das línguas latinas, o mandarim foi apontado por todos os entrevistados como o maior complicador para o exercício da função de correspondente na China, demonstrando a complexidade da questão. Ao exigir, na maioria dos casos, a presença de tradutores, o fato de não ser fluente no idioma falado no país acaba por restringir o trabalho dos correspondentes, além de gerar ruídos de comunicação que podem interferir sobre a mensagem original do emissor.

Além disso, também foi possível concluir que os postos de correspondentes estrangeiros na China têm sido constantemente esvaziados, devendo-se, em parte, às barreiras governamentais para a obtenção de vistos e permanência no país impostas pelo governo chinês; mas, também, pela crise do jornalismo enquanto modelo de negócio, o que passa pela

reestruturação das editorias (sobretudo a de Mundo) em vistas de reduzir o custo e aumentar a eficiência das redações, numa lógica que coloca a quantidade à frente da qualidade. Esse aspecto tem levado a uma maior dependência das agências de notícias internacionais, as quais, como supracitado, são influenciadas predominantemente pelas narrativas dos países ricos onde estão sediadas, apresentando a China e demais países de fora do eixo EUA-Europa de forma estigmatizada, superficial e limitada.

Indo para o outro lado, os próprios jornalistas brasileiros não possuem interesse em exercer a função de correspondente internacional na China. Ainda que a profissão tenha, noutro, desfrutado de grande prestígio e ainda seja bastante almejada, o país asiático – assim como outras nações, sobretudo da Ásia e da África - nunca foi um destino interessante, seja pela distância cultural ou pelo próprio desconhecimento dos profissionais, para os jornalistas que buscam deixar o Brasil, segundo os próprios relatos.

Exposto isso, é coerente afirmar que esse conjunto de dinâmicas e características provoca uma sub-representação da China no noticiário do brasileiro e, consequentemente, incide sobre a percepção que o público do Brasil tem do país asiático, muitas vezes restrita ao estranhamento e a opiniões negativas. Essas distorções e diferenças nos fluxos de informação (quando se compara, por exemplo, a China aos Estados Unidos ou à Europa) são explicadas tanto pelas dificuldades operacionais no campo quanto pela estrutura global das práticas jornalísticas contemporâneas.

Espera-se que o trabalho ofereça, grosso modo, uma contribuição para a compreensão das dinâmicas e práticas que envolvem a complexa cobertura jornalística internacional, da mesma forma que expresse a urgência de uma visão crítica para algumas opiniões ou convenções colocadas como únicas dentro da cobertura de veículos brasileiros. Pretende-se, portanto, jogar luz sobre discussões ao redor da promoção da diversidade e equilíbrio na representação de diferentes regiões do mundo nos meios de comunicação, de modo a se buscar outros pontos de vistas comumente desprezados por profissionais da comunicação. A diversidade de fontes e pontos de vista é, afinal, questão estudada e destacada nas salas de aula dos cursos de Jornalismo desse o princípio. Sendo assim, as experiências contadas aqui servem, espera-se, para dar nuance ao debate em torno da representatividade e idoneidade da cobertura jornalística internacional, gerando reflexões sobre a complexidade não somente da história e cultura da sociedade chinesa, mas de toda a humanidade. Afinal, o mundo não se resume a preto ou branco; esquerda ou direita; herói ou vilão.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. A pluralidade do mundo na visão singular do correspondente internacional. **Intexto**, [s. l.], n. 28, p. 38–59, 2013.

AGNEZ, Luciane Fassarella; MOURA, Dione Oliveira. Perfil profissional dos correspondentes internacionais brasileiros. **Revista FAMECOS**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 41–60, 2015.

AGNEZ, Luciane Fassarella; MOURA, Dione Oliveira. Correspondentes internacionais. A permanência do mito do repórter nas estratégias em defesa da identidade profissional. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 86–99, 2016.

BAKER, Sarah Elsie; EDWARDS, Rosalind. How many qualitative interviews is enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research. **National Centre for Research Methods Review Paper**, 2012. Disponível em: https://eprints.ncrm.ac.uk/id/eprint/2273/4/how_many_interviews.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

BERTOLI, Jessica Maria; MAFRA, Luiz Antonio Staub. Ressurge a Democracia? A influência da mídia no processo político brasileiro. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 25–44, 2022.

BRADY, Anne-Marie. Ethnicity and the State in Contemporary China. **Journal of Current Chinese Affairs**, 41, 4, 3–9. 2012.

CÂNDIDO, Keila. Opportunities and Challenges of the Brazilian Media in Reporting on Chinese Affairs. Entrevistador: Igor Patrick Silva. Beijing, 2022.

CANÔNICO, Marco Aurélio. Relação bilateral entre Brasil e China vive ápice aos 50 anos. **O Globo**, [s. l.], 2024 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brazil-china-meeting/noticia/2024/01/23/relacao-bilateral-entre-brasil-e-china-vive-apice-aos-50-anos.ghml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CHINA compra 70% da soja e 63% do minério de ferro exportado pelo Brasil. **InfoMoney**, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/china-compra-70-da-soja-e-63-do-minerio-de-ferro-exportado-pelo-brasil/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

CHINA escolhe novo primeiro-ministro. **Poder360**, 11 mar. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/china-escolhe-novo-primeiro-ministro/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CUNHA, Luís. The Resilience of the Communist Party of China. **JANUS NET e-journal of International Relation**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5424>. Acesso em: 7 abr. 2024.

DEMOGRAFIA: população absoluta, distribuição e densidade demográfica. **UOL Educação**, 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/demografia-populacao-absoluta-distribuicao-e-densidade-demografica.htm>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DO cuspe na cara aos 125 golpes na cabeça: onda de ataques contra asiáticos. **Estado de Minas**, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/03/21/noticia-diversidade,1353824/do-cuspe-na-cara-aos-125-golpes-na-cabeca-onda-de-ataques-contr-asiaticos.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

EMBAIXADA DA CHINA NO BRASIL. Partido Comunista da China, o maior partido governista no mundo. Embaixada da China no Brasil, 2017. Disponível em: http://br.china-embassy.gov.cn/por/ssht/SJD/201710/t20171017_4953215.htm. Acesso em: 12 abr. 2024.

ENTENDA o que é o Congresso do Partido Comunista da China e sua importância. **CNN Brasil**, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-que-e-o-congresso-do-partido-comunista-da-china-e-sua-importancia/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], p. 41–69, 2011.

HUANG, Congyu. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL. [s. l.], 2012.

HUNG, Chin-fu. Citizen Journalism and Cyberactivism in China's Anti-PX Plant in Xiamen, 2007–2009. *Journal of Chinese Political Science*, v. 18, n. 1, p. 39–58, 2013. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/43/article/505517/pdf?casa_token=asd7DjUCB0kAAAAA:K67fIhY_0DutR-8E4JokwdDaV2Q-EXw86LrOKfCnP48X2ZdT7rVhvWvy0uvXICR2hK5OtHaDXw. Acesso em: 02 jul. 2024.

ÍNDIA ultrapassa China e agora é a maior nação; saiba quais são os dez países mais populosos do mundo. **G1**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/29/india-ultrapassa-china-e-agora-e-a-maior-nacao-saiba-quais-sao-os-dez-paises-mais-populosos-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LUO, Yumeng; HARRISON, Teresa M. How citizen journalists impact the agendas of traditional media and the government policymaking process in China. *Global Media and China*, Albany, v. 4, n. 2, p. 1–14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2059436419835771>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. *Intervozes*, 2015. Disponível em: <https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MARTI, M. E. **A China de Deng Xiaoping: o homem que pôs a China na cena do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 maio 2024.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 5 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. **Imprensa e Globalização: tendências atuais do noticiário internacional no Brasil**. Belo Horizonte: Editora PUCMG, 1998.

PASTI, Svetlana; RAMAPRASAD, Jyotika. Digitalização e jornalismo nos países do BRICS. **Brazilian journalism research**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 12–33, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China, passado e presente: um guia para compreender sociedade chinesa**. 1. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.

QUINAN, Rodrigo; ARAUJO, Mayara; ALBUQUERQUE, Afonso de. A Culpa é da China! O discurso sino-conspiratório no governo Bolsonaro em tempos de COVID-19. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 151–174, 2021.

REIS, Daniel Aarão. **A Construção Do Socialismo Na China**. 2. 1982. Print. Tudo é História 27.

RESCHKE, Cibeale. Opportunities and Challenges of the Brazilian Media in Reporting on Chinese Affairs. Entrevistador: Igor Patrick Silva. Beijing, 2022.

SAIBA como funciona o Partido Comunista da China. **CNN Brasil**, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-como-funciona-o-partido-comunista-da-china/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SILVA, Igor Patrick. Opportunities and Challenges of the Brazilian Media in Reporting on Chinese Affairs. 2022. Thesis (Master of Management Science in Global Affairs) – Tsinghua University, Beijing, 2022.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SILVA, Danielle Padovani Da. XINHUA - OLHOS, OUVIDOS E VOZ DA CHINA. Especialização em Jornalismo Internacional - Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2009.

TREVISAN, Claudia. **China - O Renascimento do Império**. [S. l.]: Planeta, 2006.

TREVISAN, Cláudia Moraes. **Os chineses**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

AFP. XINHUA NEWS AGENCY. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.afp.com/pt/produtos/parceiros/xinhua-news-agency>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UTZERI, Fritz. **Do outro lado do mundo**. In. RITO, L.; ARAÚJO, M. E.; ALMEIDA, C.J. M. de; Imprensa ao vivo. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 145-162.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br